

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM TURISMO**

**Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento  
do Turismo Comunitário na Comunidade do  
Parque Natural Monte Gordo**

DENY RAMOS BRITO

**Mindelo, Novembro de 2015**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM TURISMO**

**Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento  
do Turismo Comunitário na Comunidade do  
Parque Natural Monte Gordo**

**DENY RAMOS BRITO**

**Orientador: Mestre Américo Lopes**

**Mindelo, Novembro de 2015**

*Dedico este trabalho em memória do meu querido saudoso pai João Duarte Brito*

*Para sempre no meu coração*

*Descansa em Paz.*

## **Agradecimentos**

Como todos nós sabemos é sempre ingrata a tarefa de um agradecimento, principalmente quando se sente que esta corre o risco de ter muitas omissões.

No entanto quero deixar aqui o meu reconhecimento a todas as pessoas e entidades pelo auxílio, compreensão e consideração que me dispensaram ao longo de todo este percurso da Licenciatura em Turismo, que tem por fim a elaboração desta monografia para a conclusão do curso.

Desejo expressar, em primeiro lugar, os meus agradecimentos a minha querida mãe Alecia Ramos Brito, pelo apoio e confiança em me depositado, ao longo do meu percurso Académico, a minha querida irmã Nelida Brito, pelo apoio tanto mural como material.

Ao meu orientador Américo Lopes, pelo seu apoio, pela excelente orientação, motivação, e disponibilidade, que me ofereceu ao longo de toda essa caminhada para a conclusão do Trabalho de Fim de Curso, um muito obrigado de coração.

Ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), ao corpo docente do Curso de Licenciatura em Turismo.

Agradeço ainda, aos meus amigos e colegas de Curso que me acompanharam nesta jornada, sempre com palavras de força e carinho.

Um muito obrigado a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram, para a conclusão de mais uma etapa na minha vida, sempre serei grato a todos por isso.

**Palavras-chave:** Turismo Comunitário, Desenvolvimento Comunitário, Sustentabilidade, linhas orientadoras, Parque Natural Monte Gordo.

## **Resumo**

A presente monografia visa desenvolver e apresentar um conjunto de propostas para um novo modelo de Turismo Comunitário, na comunidade do Parque Natural Monte Gordo.

Para a concretização deste objectivo desenvolveu-se uma revisão bibliográfica sobre o turismo comunitário. Realizou-se também, uma análise de estudos de “boas práticas” em diversas regiões do mundo com o objectivo de identificar as estratégias e acções implementadas, com possibilidade de serem adaptadas a realidade do objecto deste estudo de caso.

Desta revisão desenvolveu uma metodologia de estudo empírico, que permitiu criar um modelo para identificação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade do Parque Natural Monte Gordo São Nicolau.

Da aplicação deste modelo pode-se concluir que é fundamental alicerçar o processo de desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural de Monte Gordo, no modelo do tipo *Bottom Up*, tendo as populações locais como actor central deste processo.

Ainda pode-se concluir que o desenvolvimento do turismo neste Parque deve estar assente em pilares como: a melhoria das infra estruturas, a promoção das acessibilidades, a criação de regulamentação, vigilância e fiscalização, o financiamento a programas de marketing e promoção, a criação de sinergias e trabalho em rede entre os diferentes agentes, a capacitação e formação técnica profissional das comunidades, o desenvolvimento do associativismo e Cooperativismo, entre outros.

**Key-words:** Community Tourism, Community Development, Sustainability, Guidelines, Natural Parque of Monte Gordo.

**Abstract**

The present Monograph intends to develop and present a set of proposals for a new model of tourism in the Natural Park Monte Gordo Community.

In order to concretize this objective a Bibliography revision was done about this kind of tourism. A study of “good practices” was realized and analyzed in many different regions of the world focused on identifying strategies and actions implemented, with the possibility of being adapted to the reality of this case study.

From this revision a methodology of empirical study was developed, which allowed to create a model to identify methods intended to develop the Tourism on the community of the Natural Park Monte Gordo in São Nicolau.

From the application of this model we came to the conclusion that it is fundamental to base the process of developing the Community Tourism in the Natural Park of Monte Gordo as a type of Bottom Up model, having as main support the local population.

Furthmore, the conclusion is that Tourism on this Park, should be centered on bases such as: better infrastructures, security, marketing programs, networking between agents, training and technical graduation of the community, cooperativism and others.

## Índice

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 2 - TURISMO COMUNITÁRIO .....</b>	<b>5</b>
2.1. INTRODUÇÃO .....	5
2.2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES DO TURISMO COMUNITÁRIO .....	5
2.2.1. <i>Objectivos do turismo comunitário</i> .....	8
2.2.2. <i>Princípios e directrizes do turismo comunitário</i> .....	9
2.2.3. <i>Quadros conceituais do turismo comunitário quanto a sua dimensão</i> .....	11
2.3. CONCLUSÃO .....	14
<b>CAPÍTULO 3 - O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES ....</b>	<b>16</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	16
3.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL/ COMUNITÁRIO .....	16
3.3. CONCLUSÃO .....	21
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DE ESTUDO DE CASO “BOAS PRÁTICAS” .....</b>	<b>23</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	23
4.2. BOAS PRÁTICAS DO TURISMO COMUNITÁRIO A NÍVEL MUNDIAL .....	23
4.3. CONCLUSÃO .....	32
<b>CAPÍTULO 5 - CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DO MONTE GORDO</b> <b>.....</b>	<b>34</b>
5.1. INTRODUÇÃO .....	34
5.2. CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE SÃO NICOLAU .....	34
5.3. BREVE HISTÓRIA DO PARQUE NATURAL MONTE GORDO SEGUNDO O PLANO DE GESTÃO DO PNMG (2003) .....	38
5.3.1. <i>As Infra-estruturas do Parque Natural do Monte Gordo</i> .....	41
5.3.2. <i>A procura do Parque Natural Monte Gordo</i> .....	43
5.4. CONCLUSÃO .....	44
<b>CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>46</b>
6.1. INTRODUÇÃO .....	46
6.2. MODELO PARA CRIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE LINHAS ORIENTADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO NO PARQUE NATURAL MONTE GORDO .....	46
6.3. CONCLUSÃO .....	49

<b>CAPÍTULO 7 - PROPOSTAS DE LINHAS ORIENTADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO NO PARQUE NATURAL MONTE GORDO .....</b>	<b>50</b>
7.1. INTRODUÇÃO .....	50
7.2. LINHAS ORIENTADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO NO PARQUE NATURAL MONTE GORDO .....	50
<b>CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO .....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>62</b>

## **Índice de tabelas**

<b>Tabela 1:</b> Princípios e directrizes do turismo comunitário .....	10
<b>Tabela 2:</b> Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão económica .....	12
<b>Tabela 3:</b> Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão social .....	13
<b>Tabela 4:</b> Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão cultural .....	13
<b>Tabela 5:</b> Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão ambiental .....	14
<b>Tabela 6:</b> Atracções e potencialidades turísticas da ilha .....	35
<b>Tabela 7:</b> Linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo .....	52

## Índice de figuras

<b>Figura 1:</b> Evolução do número de estabelecimentos de alojamento .....	37
<b>Figura 2:</b> Evolução da oferta de alojamento da ilha.....	37
<b>Figura 3:</b> Entradas e dormidas nos estabelecimentos de alojamento .....	37
<b>Figura 4:</b> Taxa de ocupação dos estabelecimentos da ilha.....	37
<b>Figura 5:</b> Evolução das entradas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência .....	38
<b>Figura 6:</b> Evolução das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência.....	38
<b>Figura 7:</b> Organigrama do Parque Natural Monte Gordo .....	42
<b>Figura 8:</b> Número de visitantes por países no ano de 2013.....	43
<b>Figura 9:</b> Número de visitantes por países no ano de 2014.....	43
<b>Figura 10:</b> Número de visitantes por países no ano de 2014.....	44
<b>Figura 11:</b> Modelo para criação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo.....	47

## Glossário

<b>ADEI</b>	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
<b>CMRB</b>	Câmara Municipal De Ribeira Brava
<b>CMT</b>	Câmara Municipal De Tarrafal
<b>DGA</b>	Direcção Geral Do Ambiente
<b>DGT</b>	Direcção Geral Do Turismo
<b>FFPNR</b>	Federação Francesa de Parques Naturais Regionais
<b>ISCEE</b>	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IRTSN</b>	Inventário Dos Recursos Turísticos De São Nicolau
<b>MECC</b>	Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade Organização
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PNMG</b>	Parque Natural Monte Gordo
<b>TBC</b>	Turismo de Base Comunitária
<b>WWF</b>	World Wildlife Fund

## Capítulo 1 - Introdução

Cada vez mais, torna-se mais evidente na sociedade actual, a importância que é atribuída a questão da inclusão das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo, desde o planeamento até a gestão da actividade, como forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável e de minimizar os possíveis constrangimentos e conflitos que a actividade turística possa trazer.

Nesta perspectiva o turismo vem sendo tratado como uma das principais alternativas, seja no âmbito social como no económico, para promoção e desenvolvimento das diversas localidades. Contudo, este cenário mostra que, ao mesmo tempo em que o turismo pode ser considerado um importante instrumento de promoção social, transformador de economias e sociedades, quando mal planeado e estruturado, pode gerar impactos sócio ambientais, económicos e culturais irreversíveis (Zamignam 2010).

Assim, este processo de desenvolvimento exige ser integrado, envolvendo as dimensões económicas, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, actuação essa, que não se esgota na componente económica do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultura local (Viveiros, 2008)

É nestes pressupostos que centraliza o grande desafio do desenvolvimento comunitário, isto é, reside no “pensar global, agir local”, ou seja, é baseando-se na realidade social existente que se deve procurar soluções participadas, integradoras e valorizadoras das gentes e dos recursos locais (Viveiro, 2008).

Neste sentido, que o Turismo Comunitário surge como uma modalidade de Turismo que dá oportunidade aos indivíduos geralmente excluídos de políticas públicas, de gerarem os seus próprios empregos, rendimentos, educação, habitação, entre outras, bem como na consciencialização das pessoas para a importância de fomentarem o empreendedorismo, através da produção de serviços turísticos de forma associativa, comunitária, partilhada e responsável (Sampaio, 2010).

Esta modalidade de turismo que se utiliza dos recursos naturais e culturais existentes nas regiões de forma sustentável distingue do turismo de massa, com o principal objectivo de priorizar a conservação do meio ambiente local e valorização dos recursos e das culturas

tradicionais, e emergir como alternativa para que pequenas comunidades potencializem os seus modos de produção e de organização, para possam ser compreendidos como atractivos turísticos (Zamignam 2010).

Ainda, pode ser entendido como a modalidade de turismo que visa contribuir com o desenvolvimento das comunidades, promovendo o resgate da história, da cultura, valorizando o ambiente e o modo de vida das pessoas e proporcionando encontros e trocas de experiências entre turistas e as pessoas que vivem nas localidades (Silva, 1964).

Assim, o desenvolvimento de Cabo Verde tem pautado pelo aparecimento de comunidades ao longo da zona costeira das ilhas e não, com características próprias e com um conjunto de potencialidades que se forem bem trabalhadas poderão transformar-se em polos de atracção de visitantes.

Neste sentido, torna-se pertinente a elaboração de estudos que analisa o desenvolvimento do turismo comunitário em Cabo Verde, e é neste horizonte que surge este estudo que tem como tema **O turismo Comunitário: propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário no Parque Natural Monte Gordo.**

Assim, define-se como objectivo geral para o trabalho apresentar um conjunto de linhas de orientação para o desenvolvimento desta modalidade de turismo na comunidade do Parque Natural Monte Gordo. Para dar resposta a este objectivo, definiu-se como objectivo específicos:

- Desenvolver uma revisão bibliográfica, sobre o Turismo Comunitário, nomeadamente os conceitos e definições, objectivos, princípios e importância do desenvolvimento desta modalidade de turismo para as comunidades;
- Desenvolver uma revisão bibliográfica sobre o turismo e o desenvolvimento das comunidades;
- Analisar um conjunto de boas práticas sobre o turismo comunitário desenvolvidos a nível Mundial;
- Caracterizar a ilha de São Nicolau enquanto destino turístico, e Parque Natural Monte Gordo enquanto objecto de estudo de caso;
- Desenvolver uma metodologia de estudo empírico que permite desenvolver um conjunto de propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade do Parque;

- Apresentar um conjunto de propostas para o desenvolvimento do turismo comunitário para o Parque Natural Monte Gordo;
- Apresentar conclusões e propostas para futuras linhas de investigação.

Quanto à estruturação do trabalho, este encontra-se dividido em oito capítulos, descrevendo assim os passos necessários para se estabelecer **as linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo**, em que no primeiro capítulo far-se-á introdução ao tema, contextualizando a importância e a pertinência do desenvolvimento de estudos desta natureza, a apresentação dos objectivos do trabalho, a estrutura que o comporta, bem como o anúncio de forma resumida da metodologia do estudo.

No capítulo seguinte far-se-á uma revisão bibliográfica para a conceptualização do turismo comunitário, estudando teorias existentes sobre a importância desta modalidade de turismo para o desenvolvimento económico, social das comunidades, bem como os seus princípios e objectivos.

No terceiro capítulo também far-se-á uma revisão bibliográfica, sobre o turismo e o desenvolvimento das comunidades, a importância do turismo para o desenvolvimento das comunidades, e os impactos tanto negativos como positivos que o turismo pode causar nas comunidades.

No quarto capítulo, analisa-se um conjunto de boas práticas desenvolvidas a nível Mundial, nomeadamente no Brasil, Portugal, Austrália, Papua Nova Guiné, Peru e Tailândia.

Posteriormente, ao nível do quinto capítulo procedeu-se a caracterização da ilha São Nicolau enquanto destino turístico, bem como a comunidade do Parque Natural Monte Gordo no que diz respeito as suas potencialidades para o desenvolvimento do turismo comunitário.

Esta revisão bibliográfica permitiu no sexto capítulo desenvolver uma metodologia de estudo empírico que permite desenvolver e apresentar um conjunto de propostas para o desenvolvimento desta modalidade de turismo na comunidade do Parque, para que no sétimo capítulo possa ser apresentado um conjunto de propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo.

E por último, no oitavo capítulo far-se-á as considerações finais, incluindo algumas recomendações para futuros estudos nesta área.

Assim, foi necessário desenvolver uma metodologia de investigação que se resume num conjunto de procedimentos e regras para formar conhecimento. Para tal num primeiro momento desenvolveu-se uma revisão teórica com perspectivas de vários autores e posteriormente analisou-se algumas boas práticas a nível mundial, permitindo recolher informações pertinentes, uma vez que o tema desse projecto ainda é pouco explorado em Cabo Verde, de forma a desenvolver as propostas para o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade do Parque Natural Monte Gordo.

## Capítulo 2 - Turismo Comunitário

### 2.1. Introdução

Pensar na implementação de um projecto de âmbito social, como condição de desenvolvimento comunitário, e visto que na sociedade contemporânea, os territórios rurais constituem, cada vez mais, instrumentos insubstituíveis para a preservação de usos e costumes, de uma identidade, o turismo tem sido uma das principais alternativas seja no âmbito social ou económico, para promover o desenvolvimento de diversas localidades. Assim, demonstra-se, cada vez mais, na sociedade actual a importância de se incluir a população local na dinâmica turística, desde o seu planeamento até a gestão da actividade, como forma de se alcançar o desenvolvimento sustentável e de minimizar os possíveis conflitos que a actividade turística possa ocasionar (Mitraud, 2003).

Nesta perspectiva, neste capítulo objectiva-se a realização de uma revisão bibliográfica, sobre o Turismo Comunitário, debruçando sobre os conceitos e definições, objectivos, princípios e sua importância e ainda analisar a relação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário.

### 2.2. Conceitos e definições do turismo comunitário

Tratando-se de um trabalho científico assume-se indispensável a investigação de conceitos teóricos, que se traduz na revisão da literatura sobre a problemática em estudo, nomeadamente o turismo comunitário, desenvolvimento comunitário, entre outros.

Assim, embora não haja uma definição amplamente aceita do conceito de Turismo de Base Comunitária (TBC), “as perspectivas teóricas sobre o tema apresentam similaridade de princípios e abrangem dimensões antropológicas, sociológicas, económicas, políticas, históricas, psicológicas e ambientais” (Hallack *et al.*, 2011, p. 11)

Na mesma linha de pensamento Fabrino (2013) defende que há uma falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário, uma vez que se apresenta de diversas formas. Contudo, essa falta de consenso no campo conceitual do turismo comunitário, resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não-governamental (ONG) responsável por organizar e viabilizar a experiência (Ministério do Turismo do Brasil, 2010).

Nesta perspectiva, são vários os autores que têm trabalhado na conceitualização desta modalidade de turismo.

Assim, Silva (1964, p. 506) defende que se deve às Nações Unidas uma das primeiras definições sobre o turismo comunitário, que consiste numa “técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos, com o fim de melhorarem a situação económica, social, e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país”. Neste sentido, este tipo de turismo contribui para o desenvolvimento das comunidades, pois promove o resgate da história, da cultura, valoriza o ambiente e o modo de vida das pessoas e proporciona encontros e trocas de experiências entre turistas e as pessoas que vivem nas localidades. Nessa modalidade de turismo, “a comunidade participa activamente no processo de gestão, planeamento, decisão e divide de forma justa e transparente os recursos gerados pelas acções realizadas, para a recepção dos visitantes nas comunidades” (Silva, 1964, p. 457).

Pela explanação anterior, pode-se afirmar que turismo de base comunitária é aquele onde as sociedades locais possuem controlo efectivo sobre seu desenvolvimento e gestão, por meio do envolvimento participativo desde o início, e como tal, qualquer acção voltada ao turismo deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais” (World Wide Found of Nature-Brasil, 2002).

Por outras palavras, o “Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controlo efectivo sobre seu desenvolvimento e gestão, por meio do envolvimento participativo desde o início e deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.” (Mendonça e Irving, 2004, p.14).

Nessa perspectiva Sampaio *et al.*, (2006) defendem que esta modalidade de turismo se baseia na relação dialéctica entre turista e comunidade receptora, e não na sobreposição da comunidade ao turista, visto que Turista e comunidade, ambos, são considerados agentes de acção sócio-económico-ambiental que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

Na mesma linha e pensamento, Ministério do Turismo do Brasil (2010, p.16) defende que “este modelo de desenvolvimento turístico, sustentável, integrado com foco no território,

trata-se de um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma actividade complementar às actividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades”.

Tendo em conta as diversas perspectivas apresentadas anteriormente, pelos diversos autores, pode-se afirmar que o turismo comunitário, “apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social, de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, com arranjos sócio produtivo e político, de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços” (Sampaio *et al.*, 2011, p. 27).

Em alguns países do Mundo, nomeadamente no Brasil que na última década esta modalidade de turismo tem consolidado “como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado nos recursos (humanos, naturais, de infra-estrutura) endógenos, tendo a comunidade local participação directa na concepção, desenvolvimento e gestão do turismo” (Fabrino, 2013, p. 14).

Assim, em forma de resumo, o turismo comunitário pode ser entendido como “toda forma de organização sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, antropológica, com objectivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (Maldonado, 2010, p.31).

Neste sentido, convém salientar que no âmbito deste trabalho que tem como objectivo apresentar propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário no Parque natural do Monte Gordo, ilha de São Nicolau, estas referidas propostas terão por base todas as directrizes e princípios defendidos pelos diferentes autores apresentados anteriormente, nomeadamente a autogestão, o associativismo e cooperativismo, a democratização de oportunidades e benefícios, a centralidade da colaboração, parceria e participação, a valorização da cultura local e, o protagonismo das comunidades locais neste processo de desenvolvimento.

### 2.2.1. Objectivos do turismo comunitário

Da explanação dos diversos conceitos apresentados anteriormente, pode-se constatar que a criação de um projecto comunitário para uma comunidade tem um carácter essencialmente social, cultural e histórico, nasce como um desejo de ajudar a melhorar a realidade e as condições de vida dessa comunidade, e nessa tentativa de dar respostas as questões, diversos autores trabalharam na apresentação dos objectivos desta forma de turismo.

Neste sentido, Hiwasaki (2006) e Fulgêncio (2012) trabalharam sobre a apresentação dos objectivos do turismo comunitário, tendo estes autores concluído, que esta forma de turismo contribui para a participação da comunidade no planeamento e gestão do turismo.

Na mesma perspectiva Silva *et al.*, (2009) defendem também que permite fomentar a participação, estimulando o projecto de acção, numa sociedade que deve crescer em solidariedade, em comunicação inter-relacional, no sentido da valorizar a presença do sénior na comunidade, restabelecendo a identidade local. Desta forma, permite fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na actividade turística (Hiwasaki, 2006).

Por outro lado Silva *et al.*, (2009) e Ministério do Turismo do Brasil (2010) argumentam que esta forma de turismo permite também preservar os recursos naturais e ambientais do planeta, em toda a sua riqueza e diversidade, para o desfrute das gerações presentes e futuras. Neste sentido, permite promover e preservar o património existente, de forma a privilegiar o turismo sustentado a partir de metodologias pedagógicas (Silva *et al.*, 2009).

Também Hiwasaki (2006), Maldonado (2010) e Fulgêncio (2012) defenderam a mesma perspectiva, isto é, que o turismo comunitário tem como um dos principais objectivos a conservação dos recursos, ou seja, turismo deve gerar impactos positivos na conservação dos recursos naturais e/ou culturais.

Na mesma linha de pensamento Silva *et al.*, (2009) defende que um dos objectivos do turismo comunitário é a preservação, o respeito e transmissão da cultura e tradição associada às comunidades, bem como contactar directamente e activamente com os seus usos e costumes, de forma a imortalizar tradições. Assim permitirá fortalecer a diversidade étnica e cultural e a identidade, tornando numa fonte de riqueza dos povos (Hiwasaki, 2006 e Maldonado, 2010).

Contudo, Maldonado (2010) acrescenta que para além de fomentar desenvolvimento histórico-cultural da localidade e a sua afirmação enquanto destino de turismo cultural, permite ainda gerar o desenvolvimento socioeconómico da localidade.

Na mesma perspectiva Hiwasaki (2006) defende que esta forma de turismo permite gerar o desenvolvimento económico e a melhoria das condições de vida e de trabalho das

comunidades que sofrem o estigma da pobreza. Na mesma linha de pensamento Silva *et al.*, (2009) e Ministério do Turismo do Brasil (2010) apresentam-no como um factor de desenvolvimento económico e social, relacionado com a geração de benefícios económicos e sociais para a comunidade local.

Também numa perspectiva económica Fulgêncio (2012) e Ministério do Turismo do Brasil (2010) apresentam esta forma de turismo como um grande gerador de emprego e renda locais, permitindo ainda diminuir a perda de rendimentos e reforça o mercado local (Fulgêncio, 2012).

Por sua vez o Ministério do Turismo do Brasil (2010) acrescenta que o turismo comunitário permite também estruturar este segmento de turismo, agregando valor aos destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados. Neste sentido, esta forma de turismo permite fazer uma aposta em novos mercados (Fulgêncio, 2012).

Para além disso, permite ainda apostar na maior qualidade e diferenciação do destino, em todos os seus produtos e serviços (Hiwasaki, 2006), descentralizando desta feita a oferta turística (Fulgêncio, 2012).

Numa outra perspectiva, pode-se afirmar que o turismo comunitário tem outro grande objectivo que é a de promoção dos padrões de qualidade e de segurança da experiência turística, tanto para a comunidade anfitriã quanto para os visitantes (Fulgêncio, 2012 e Ministério do Turismo do Brasil, 2010). Esta qualidade na experiência do visitante deve estar focada no compromisso e no comprometimento com a responsabilidade social e ambiental (Fulgêncio, 2012).

Assim, no âmbito deste trabalho que tem como objectivo apresentar Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na localidade do Parque Natural do Monte Gordo, será tido em conta o conjunto de objectivos do turismo comunitário, apresentado anteriormente.

### **2.2.2. Princípios e directrizes do turismo comunitário**

Tendo por base os conceitos e definições dos vários autores, pode-se identificar uma diversidade de aspectos ou princípios que norteiam este tipo de turismo. E que podem ser categorizados sobre diferentes perspectivas, nomeadamente em: **Princípio da participação, Princípio da auto-sustentação, Princípio da cooperação, Princípio de sustentabilidade Ambiental e Princípio da Valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local** (Coriolano, 2009; Maldonado, 2006; Turisol, 2008 e WWF Brasil, 2003).

# Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

**Tabela 1:** Princípios e directrizes do turismo comunitário

Princípios	Descrição
<b>Participação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Requer envolvimento profundo da população residente, na construção de um processo que pode ser considerado um desenvolvimento” (Coriolano, 2009, p.287);</li> <li>▪ Exige a participação dos atores locais desde o planeamento até a gestão do turismo em seu território, ou seja, a comunidade deve ser proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos locais (WWF Brasil, 2003 e Turisol, 2008);</li> <li>▪ Promove o relacionamento directo e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si (WWF Brasil, 2003);</li> <li>▪ “Não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com sector público e privado, nos projectos de desenvolvimento comunitário” (Coriolano, 2009, p.287);</li> <li>▪ As sociedades locais possuem controlo efectivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, qualquer acção voltada ao turismo deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF-Brasil, 2002 e Turisol, 2008).</li> </ul>
<b>Auto-sustentação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Os processos de transformações económicas e sócio espaciais podem sofrer descontinuidades, mas precisam ser susceptíveis de gestão, manutenção e controle comunitários mediante mecanismos que previnam” (Coriolano, 2009, p.287);</li> <li>▪ O turismo comunitário deve ser entendido como uma actividade complementar a outras actividades económicas, já praticadas na comunidade (WWF-Brasil, 2002);</li> <li>▪ A geração e distribuição de renda devem ser equitativas, praticando preços justos, satisfazendo comunidade e turista, além de promover a distribuição de renda entre os moradores locais (WWF-Brasil, 2002);</li> <li>▪ Esta forma de turismo deve se integrar na dinâmica produtiva local, sem substituir as actividades económicas tradicionais, cujo planeamento e a gestão das actividades é da responsabilidade da organização comunitária local (WWF-Brasil, 2002);</li> <li>▪ O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre a sociedade, a cultura e a natureza, que busque a sustentabilidade sócio ambiental (WWF-Brasil, 2002).</li> </ul>
<b>Cooperação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A acção comunitária não dispensa a iniciativa privada ou a participação pública. Ao contrário, formam-se parcerias com o sector público e o privado, nos projectos de desenvolvimento comunitário (Coriolano, 2009, p. 287);</li> <li>▪ A relação de parceria e troca entre o turista e a comunidade, isto é, o turista é visto como um parceiro e não como um cliente (WWF-Brasil, 2002);</li> <li>▪ Deve existir a cooperação e parceria entre os diversos segmentos relacionados ao turismo de base comunitária (WWF-Brasil, 2002 e Turisol, 2008);</li> <li>▪ Promove uma efectiva cooperação entre os membros da comunidade, baseada na distribuição equitativa das oportunidades e dos benefícios gerados pela actividade turística (Maldonado, 2006);</li> <li>▪ O turismo comunitário promove o relacionamento directo e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si (Turisol, 2008)</li> </ul>
<b>Sustentabilidade Ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concepção do modo de vida local como principal atracção turística da comunidade. Assim, entende-se que a actividade turística só é viável quando construída sobre uma base associativa, ou seja, o sucesso individual está condicionado à sustentabilidade do ambiente que o cerca (WWF-Brasil, 2002);</li> <li>▪ Fomentar uma consciência de respeito e formas de gestão sustentáveis dos recursos naturais e da biodiversidade, vinculando-as à defesa dos direitos da terra e dos territórios ancestrais (Maldonado, 2006);</li> <li>▪ Trabalhar com regras, normas e padrões estabelecidos entre a comunidade local em relação à gestão do turismo em seu território (Turisol, 2008);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre a sociedade, a cultura e a natureza que busque a sustentabilidade sócio ambiental (Turisol, 2008);</li><li>▪ Esta actividade deve despertar a consciência ambiental e a valorização cultural. Todos os roteiros devem respeitar as normas de conservação da região, e procurar gerar menor impacto possível no meio ambiente e cultural da comunidade (WWF-Brasil, 2002).</li></ul>
<b>Valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ As actividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante. Não se trata de apresentações folclóricas da cultura popular, mas de actividades que fazem parte do quotidiano que o turista vai experimentar (Turisol, 2008);</li><li>▪ Fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais (Turisol, 2008);</li><li>▪ Culturalmente enriquecedor, propicia experiências e encontros interculturais de qualidade entre os visitantes e as comunidades anfitriãs, respeitando as expressões da identidade cultural (Maldonado, 2006);</li><li>▪ A actividade deve despertar consciência ambiental e cultural, ou seja, todos devem respeitar as normas de conservação e preservação da cultura da comunidade (WWF-Brasil, 2002).</li></ul>

Fonte: Coriolano (2009); Maldonado (2006); Turisol (2008) e WWF Brasil (2003)

Assim, tendo em conta as diferentes perspectivas apresentadas por estes autores, a Tabela 1 ilustra de forma resumida os diferentes princípios do Turismo Comunitário, que tem essencialmente como objectivos a dinamização da produção local; substituição ou alteação das actividades económicas tradicionais; o desenvolvimento das actividades ou projectos em benefício da colectividade; promoção e distribuição de forma equitativa dos rendimentos e ainda o intercâmbio e relações comerciais entre a comunidade e turistas.

Logo o desenvolvimento das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário na localidade do Parque Natural do Monte Gordo respeitará ou terá por base os princípios apresentados pelos diferentes autores, apresentados anteriormente.

### 2.2.3. Quadros conceituais do turismo comunitário quanto a sua dimensão

Devido a transversalidade do turismo comunitário obriga conjugar conhecimentos de diversos campos e dimensões de estudo, nomeadamente, o económico, social, cultural e ambiental, que interligadas entre si exercem influência mutuamente. Essas tais dimensões buscam estabelecer características discursivas e um direccionamento que pode ser considerado pertinente dentro de cada dimensão sobre o turismo comunitário. Assim, para cada conceito de turismo comunitário são observados aspectos relevantes relacionados com a sustentabilidade, nas suas mais variadas vertentes (Maldonado, 2005 citado por Pinto *et al.*, 2013).

Neste sentido, no que diz respeito a **Dimensão económica**, as diferentes definições e conceitos analisados enfatizam alguns aspectos, nomeadamente a autogestão económica comunitária do destino turístico; a prática do associativismo e cooperativismo nas actividades

económicas em torno do turismo; a distribuição equitativa de benefícios económicos; as acções que promovam o respeito e manutenção de actividades produtivas tradicionais locais, as oportunidades de acesso e participação na cadeia produtiva do turismo, através de fundos de investimentos e linhas de financiamento a iniciativas empreendedoras da comunidade; as práticas da economia solidária e a formação de arranjos produtivos (Pinto, *et al.*, 2013).

**Tabela 2:** Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão económica

Dimensão	Categorias	Conceito e Referências
Económica	Controlo efectivo e Economia solidária	O Turismo comunitário ou de base comunitário pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem o controlo efectivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo, desde o início, qualquer acção voltada ao turismo deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF-Brasil, 2002).
		O turismo de base comunitário está baseado na gestão comunitária ou familiar das infra-estruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (Rede Cearense de Turismo Comunitário, 2010).
	Autogestão e Protagonismo comunitário	Por turismo comunitário entende-se “toda a forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (MALDONADO, 2009, p. 31).
		“A forma de turismo, que se consolidou na última década no Brasil, como um modelo de desenvolvimento do turismo centrado nos recursos (humanos, naturais, de infra-estrutura) endógenos, tendo a comunidade local participação directa na concepção, desenvolvimento e gestão do turismo” (Fabrino, 2013, p. 14).
		O turismo comunitário busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, associativismo/cooperativismo na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento da actividade turística (Ministério do Turismo do Brasil, 2008).

**Fonte:** (WWF-Brasil, 2002); (Rede Cearense de Turismo Comunitário, 2010); (Maldonado, 2009, p. 31); (Fabrino, 2013, p. 14) e (Ministério do Turismo do Brasil, 2008).

Por sua vez a **Dimensão social**, analisa as práticas sociais que contribuem para a qualidade de vida; para as relações interpessoais dos comunitários, quanto aos aspectos de cooperação até conflitos, aos quais estão sujeitos; a estrutura organizacional da comunidade em relação ao alcance dos objectivos colectivos, como serviços e recursos sociais, os sentimentos afectivos e potenciais em relação ao lugar; a consciência crítica e a capacidade de reconhecer o bem-estar ou não do lugar onde habita e trabalha; a representatividade da comunidade diante da participação em assuntos de seus interesses, tais como a saúde, segurança pública, uso e gestão dos recursos naturais, entre outros (Pinto, *et al.*, 2013).

## Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

**Tabela 3:** Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão social

Dimensão	Categorias	Conceito e Referências
<b>Social</b>	<b>Comunicação social e Colectividade</b>	O turismo comunitário, “apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social, de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços” (Sampaio <i>et al.</i> , 2011, p. 27).
		O Turismo comunitário desenvolve-se por meio do envolvimento participativo desde o início, e como tal, qualquer acção voltada ao turismo deve proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF-Brasil, 2002).
	<b>Autogestão, Fortalecimento da organização comunitária e Capital social</b>	Turismo comunitário entende-se por “toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos” (Maldonado, 2010, p.31).
		“O turismo comunitário enfatiza a participação social como o real diferencial em turismo de base comunitária, em termos de possibilidade de apoderamento, governança democrática e inclusão social” (Irving, 2009, p. 114).
		Nessa modalidade de turismo, “a comunidade participa activamente no processo de gestão. Planeia, decide e divide de forma justa e transparente os recursos gerados pelas acções realizadas para a recepção dos visitantes nas comunidades” (Silva, 1964, p. 457).

**Fonte:** (Sampaio *et. al* 2011, p. 27); (WWF-Brasil, 2002); (Maldonado, 2010, p.31); (Irving, 2009, p.114) e (Silva, 1964, p. 457).

Relativamente a **Dimensão cultural**, deve-se ter em conta a: avaliação dos meios com que comunidade dá continuidade às suas práticas culturais e tradicionais; a forma dos sujeitos sociais reconhecer o lugar em que vivem, considerando os fazeres e os saberes culturais, os mecanismos utilizados para a manutenção da identidade cultural local, considerando a tomada de consciência da comunidade quanto à importância da sua própria cultura, de modo a se respeitar os processos de salvaguarda dos valores culturais; as expressões culturais reflectidas nos produtos turísticos oferecidos; as maneiras e atitudes da comunidade ao difundirem suas expressões culturais aos visitantes (Pinto *et al.*,2013).

**Tabela 4:** Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão cultural

Dimensão	Categorias	Conceito e Referências
<b>Cultural</b>	<b>Valorização cultural e Troca de experiências</b>	“É o turismo que visa contribuir com o desenvolvimento das comunidades, pois promove o resgate da história, da cultura, valoriza o ambiente e o modo de vida das pessoas e proporciona encontros e trocas de experiências entre turistas e as pessoas que vivem nas localidades. Nessa modalidade de turismo, a comunidade participa activamente no processo de gestão” (Silva, 1964, p. 457).
		O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido colectivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertença (Irving, 2009).
	<b>Intercâmbio cultural.</b>	“Trata-se de um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma actividade complementar às actividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades” (Ministério do Turismo do Brasil, 2010, p.16).

**Fonte:** (Silva, 1964, p. 457); (Irving, 2009) e (Ministério do Turismo do Brasil, 2010, p.16).

E por fim, e não menos importantes, também diversos autores apresentaram esta modalidade de turismo, tendo como um dos grandes pilares de actuação a protecção do meio ambiente. Assim, esta **Dimensão ambiental** analisa essencialmente as práticas relacionadas ao turismo que interferem na sustentabilidade dos recursos naturais, através do apoderamento comunitário no que diz respeito às iniciativas comunitárias, para minimizar aspectos negativos da actividade turística no meio ambiente; o papel do poder local para a mobilização de alternativas educativas, para sensibilizar ambientalmente os comunitários e os visitantes; a relevância dos valores e princípios comunitários, gerando movimentos cívicos quanto aos usos sustentáveis de recursos naturais, nas actividades produtivas, seja através da utilização de novas tecnologias ou mesmo por meios alternativos, porém sustentáveis, que não causem degradação no meio ambiente ou pelo menos com um mínimo de impacto possível (Pinto *et al.*, 2013).

**Tabela 5:** Resumo conceitual do turismo comunitário: Dimensão ambiental

Dimensão	Categorias	Conceito e Referências
Ambiental	Respeito às normas de conservação, Minimização de impactos ambientais e Gestão sustentável dos recursos naturais;	O turismo comunitário deve (...) garantir a sustentabilidade sócio ambiental, a exemplo da atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes (Rede Cearense de Turismo Comunitário, 2012).
		Esta forma de turismo respeita as normas de conservação da região e procura gerar o menor impacto possível no meio ambiente, contribuindo com os projectos de gestão sustentável de recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, utilização de energias renováveis, educação ambiental e tratamento dos resíduos sólidos. O turismo comunitário deve promover o uso sustentável dos recursos e justiça ambiental (Turisol, 2012).
	Fortalecimento de acções de conservação da natureza;	O turismo de base comunitária deve-se basear na relação dialéctica entre turista e comunidade receptora, e não na sobreposição da comunidade ao turista, visto que Turista e a comunidade, são ambos considerados agentes de acção socioeconómico e ambiental, que devem repensar as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida, e de um conjunto de funções produtivas e sócio ecológicas, regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais (Sampaio, <i>et al.</i> , 2006).

**Fonte:** (Rede Cearense de Turismo Comunitário, 2012); (Turisol, 2012) e (Sampaio, *et al.*, 2006).

### 2.3. Conclusão

Os estudos apresentados neste capítulo demonstram que o Turismo Comunitário mostra-se como uma excelente alternativa para as comunidades do meio rural do interior, o qual vai além do benefício económico, que as populações locais podem ter com o aumento no fluxo de visitantes. Ademais, o turismo comunitário provoca a valorização da identidade cultural das populações, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, estimula a criação de redes solidárias, através da criação de novos vínculos sociais, económicos, histórico e culturais.

Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e colectivos elaborando um processo de Planeamento participativo, ou seja, os atores sociais na sua maioria se envolvem com as actividades desenvolvidas no local, de forma directa ou indirecta, tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do património natural e cultural.

## **Capítulo 3 - O Turismo e o desenvolvimento das comunidades**

### **3.1. Introdução**

O turismo é uma actividade social, cultural e económica, capaz de gerar rendas e divisas para regiões que possuem atractivos turísticos. Ao se pensar o turismo, sente-se a necessidade de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento que a actividade produz sobre esses locais, visto que o ser humano é parte integrante e indissociável do meio ambiente natural e cultura no qual esta inserido. Relacionar o turismo com o desenvolvimento implica analisar mais do que o simples crescimento económico, pois envolve a deslocação de pessoas para lugares onde, normalmente moram pessoas e as mais variadas relações interpessoais decorrentes dessa deslocação.

O turismo tem sido apresentado por muitos como uma ferramenta de desenvolvimento. Aos olhos de muitos países menos desenvolvidos, o turismo é a indústria “sem chaminés” que promove os tão desejados empregos e rendimento, necessária para o financiamento de outras actividades económicas (Freitag, 1994).

Assim, no âmbito deste capítulo será analisada o turismo como uma ferramenta de desenvolvimento, dando ênfase a sua relação com o desenvolvimento das comunidades.

### **3.2. Desenvolvimento Local/ Comunitário**

#### **A importância do turismo para o desenvolvimento local de uma comunidade**

No sentido geral, o desenvolvimento pode ser visto como “um processo de carácter multidimensional, tendo o ser humano como a preocupação central. Abarca questões que dizem respeito a melhoria generalizada das condições de vida do ser humano, tais como o acesso aos meios que asseguram o seu bem-estar, a liberdade cívica e política, a promoção da igualdade de oportunidades, a protecção do ambiente, a melhorias das condições de saúde, educação e emprego, entre outros” (Carvalho, 2010, p. 13).

Também Fulgêncio (2012, p. 35) corrobora da opinião do autor anterior, defendendo que “este o desenvolvimento deve ser caracterizado por um processo de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais das populações, através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais em ligação privilegiada com as populações locais e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas, no litoral ou interior”.

Contudo, Carvalho (2007) chama a atenção que esses factores implicam directamente no processo de desenvolvimento do individuo, uma vez que o mesmo necessita de auto-independência e habilidades para actuar em grupo, tornando-se protagonista de sua evolução e conseqüentemente da sua comunidade, já que a participação é considerada pelos estudiosos um processo de mobilização social e espaço de construção de cidadania.

Nesta mesma linha de pensamento, Bartholo (2009) defende que o processo de desenvolvimento local acarreta a transformação da realidade, sustentado na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania activa e transformadora da vida individual e em comunidade, deixando esses grupos de serem meros utentes de serviços, mas sim, atores e autores das práticas do desenvolvimento local.

Na busca do desenvolvimento sustentado de muitas regiões os governos regionais e locais vêm no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento, pela sua importância económica e sociocultural, através da dinamização de um conjunto de actividades bastante relevantes e do importante papel no crescimento e revitalização social e cultural (OMT, 2003).

Contudo, a OMT (2003) defende que a inserção da população local é fundamental para a actividade turística, devido à relação intrínseca que deverá existir entre desenvolvimento social e desenvolvimento turístico.

Nesta perspectiva Delnet (2004, p.14) afirma que “o turismo tem uma grande capacidade para mostrar-se presente e condicionar o desenvolvimento social e económico das comunidades, tendo poucos subsectores da economia capacidade para desfrutarem de tamanha versatilidade e flexibilidade, para adaptarem-se às condições próprias de cada território e de cada população, e é por isso que se fala do turismo como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento comunitário”.

Contudo, o mesmo autor chama a atenção que o turismo como qualquer outra actividade que faz parte de uma economia local, precisa ser minuciosamente analisada, para detectar os elementos que possam chegar a convertê-la num potente motor de desenvolvimento local (Bartholo 2009).

Para que isso possa acontecer é fundamental que alcance um alto grau de integração horizontal, ou seja, entre os atores locais, mas também não descurando da integração vertical, aquela entre os atores no destino e os de origem dos fluxos, sempre considerando que todos devem ter benefícios e responsabilidades (Mielke, 2009).

Nesta lógica o mesmo autor enfatiza que é necessário “articular a comunidade, fornecer fontes de financiamento, realizar formações, organizar cooperativas, ou seja, desenvolver instrumentos para que a comunidade possa realmente, ser participante activa no processo de desenvolvimento turístico” (Mielke, 2009, p.9).

Assim, para uma comunidade, o turismo pode ser um importante instrumento de geração de riqueza, em termos de criação de empresas e emprego. Entretanto, há muitos outros efeitos que o turismo pode produzir e que podem ser muito positivo, tais como o reforço dos valores próprios de uma comunidade ou lugar, a reafirmação da cultura local, a abertura da sociedade local às influências do exterior e ainda permite agregar o território de valores e de alta qualidade, entre outros (Delnet, 2004).

É nesta linha de pensamento que a OMT (2000) elegeu o turismo como um sector prioritário no desenvolvimento da política comunitária, por concorrer para o alcance de objectivos, tais como a criação de riqueza, o aumento de rendimentos, a construção de infra-estruturas e a formação dos recursos Humanos.

No entanto, Delnet (2004), defende que o alcance desses efeitos positivos requererão a confluência de uma série de circunstâncias prévias, que são necessárias para que o turismo realmente seja uma oportunidade. Por isso, é fundamental saber gerir a oportunidade, analisando a realidade subjacente com objectividade, para não cair na tentação de adoptar modelos de desenvolvimento turístico que perturbem a harmonia do desenvolvimento socioeconómico, que agridam a cultura local, e provoquem um esgotamento acelerado dos recursos.

Neste sentido, Fulgêncio (2012) defende que será crucial que os esforços sejam orientados para a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e diversificados, para o reforço das parcerias estratégicas e para a preservação do equilíbrio ambiental e valorização do património cultural.

De alguma forma, poder-se-á dizer que o turismo precisa desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos, uma vez que o sucesso da actividade turística prende-se de perto com os recursos locais, na sua expressão quantitativa e qualitativa (OMT, 1999).

Também Cunha (1997) vai na mesma linha de pensamento, defendendo que o desenvolvimento do turismo apenas será viável se, por um lado, existirem valores locais suficientemente capazes de garantir uma vocação turística, se existir um conhecimento pleno

desses valores que constitui a realidade do destino e se, por último, esses valores forem convenientemente preservados e utilizados.

Logo o turismo resulta, em grande parte, de um aproveitamento dos recursos naturais, culturais, sociais de uma região, possibilitando a geração de riqueza funcionando como uma actividade que permite endogeneizar os recursos locais, garantindo-lhes uma valência económica (Cunha, 1997).

Ainda segundo o mesmo autor o desenvolvimento do turismo permite estimular a criação de infra-estruturas locais, através de uma constante intervenção no território em causa. Essa intervenção consubstanciada na construção de vias de comunicação, redes de saneamento básico, abastecimento de água e electricidade, criação de equipamentos de saúde, sociais e culturais, que na maioria das vezes ocorre como principal objectivo de servir a população local (residentes) (Cunha, 1997).

Por sua vez, Araújo (2010) corrobora da mesma opinião, defendendo que o turismo contribui para a transformação da área e conservação do património cultural e ambiental. Portanto, estratégias e acções de planeamento têm que ser definidas para o turismo com base em princípio de sustentabilidade, como forma de promover a participação pela actividade comunitária, nesse processo de organização.

Como se pode verificar actualmente já existe consenso sobre o papel do turismo na melhoria da qualidade de vida das comunidades, contudo, Cooper *et al.*, (1993) e Andereck *et al.*, (2005) defendem que o impacto do turismo a nível sociocultural nem sempre representa um factor positivo para as comunidades, isto é, gera impactos tanto positivos como negativos nas localidades.

Assim, em forma e resumo Araújo (2010), apresenta alguns impactos positivos e negativos gerados pela acção da actividade turística nas localidades, nomeadamente em termos:

**Positivos:**

- Aumento do rendimento local;
- Valorização dos patrimónios históricos, culturais e naturais;
- Valorização e envolvimento da comunidade nesse desenvolvimento;
- Aumento de oferta e demanda dos produtos e serviços do local;

- Uso dos recursos com sustentabilidade, buscando a conservação do local, mantendo-os para o futuro da actividade;
- Redução do excesso de consumo e desperdício para evitar os custos de restabelecer em longo prazo danos ambientais e contribuir para a qualidade do turismo;
- Manutenção da diversidade natural, social e cultural, o que é essencial para o turismo sustentável duradouro;
- Criar opções diversificadas para a actividade;
- Integração do turismo ao planeamento estratégico nacional e local;
- Envolvimento as comunidades locais, pois a participação dessas no sector de turismo, não só beneficia a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da actividade turística;
- Articulação entre o trade, as comunidades locais, poder público e privado e instituições é essencial para a integração, buscando solucionar potenciais conflitos e interesses;
- Qualificação da mão-de-obra, integrando o turismo sustentável e práticas de trabalho, na medida em que recruta mão-de-obra local em todos os níveis, melhorando a qualidade do produto turístico;
- Desenvolvimento de pesquisas através de monitorização da actividade, uma vez que as análises são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os espaços receptores.

### **Negativos**

- Aumento da geração de resíduos sólidos;
- Aumento da demanda de energia eléctrica;
- Aumento do tráfego de veículos, com consequente redução da qualidade do ar;
- Aumento da utilização e da necessidade de abastecimento de água potável;
- Alteração sobre o estilo de vida das populações nativas;
- Aumento sazonal de população com diversas implicações sobre a área afectada, sua infra-estrutura e sua população nativa;
- Degradação da flora e fauna local, devido aos desmatamentos, caça e pesca predatória;
- Deslocação e marginalização das populações locais;
- Degradação da paisagem, devido às construções inadequadas;
- Degradação de ecossistemas frágeis.

Tendo em conta o exposto anteriormente, pode-se verificar que o processo de desenvolvimento das localidades tendo por base a prática do turismo, objectiva-se em primeiro lugar envolver de forma profunda a comunidade local no desenvolvimento das actividades. Logo a comunidade local deve participar de forma activa, em todos os momentos de planeamento da actividade turística, uma vez que é ela a principal beneficiada (impactos positivos) ou a principal prejudicada (Impactos negativos).

Neste sentido, e tendo em conta os impactos gerados pela actividade turística, (positivos e negativos), convém salientar que no âmbito deste trabalho que tem como objectivo apresentar propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na comunidade do Parque Natural Monte Gordo, ilha de São Nicolau, serão apresentadas propostas que tem como objectivo potenciar os recursos da referida localidade, isto é aumentar os impactos positivos e mitigar os impactos negativos desta actividade, fazendo com que a comunidade em estudo consiga envolver neste processo de desenvolvimento, aumentar o seu rendimento, valorizar os patrimónios da localidade, aumentar a oferta e demanda dos produtos e serviços, garantir a sustentabilidade da localidade, através da conservação dos recursos e da diversidade natural, social e cultural e ainda que sejam capazes de garantir a qualidade do serviço oferecido aos visitantes.

### **3.3. Conclusão**

Neste capítulo abordou-se diferentes perspectivas de vários autores sobre o turismo, e o desenvolvimento comunitário, desde a sua importância e do seu impacto no desenvolvimento das comunidades.

Da análise teórica feita pode-se concluir que o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária é um trabalho complexo e de longo prazo e que está directamente ligado a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas, como tal um potente instrumento de combate a pobreza e de capacitação social, através do desenvolvimento da actividade turística.

Assim, é fundamental que as populações locais estejam capacitadas para receberem os turistas, como parte integrante e importante na recepção, e prestação de serviços e/ou intermediação de venda de produtos locais.

A grande lição que se deve tirar desta relação turismo e desenvolvimento das comunidades é a importância da participação comunitária no processo de desenvolvimento do turismo,

contudo, também é de fundamental sensibilizar o poder público e as instituições locais da importância do turismo como alternativa de desenvolvimento e distribuição de rendimento.

## Capítulo 4 - Análise de estudo de caso “boas práticas”

### 4.1. Introdução

No capítulo anterior e fez se uma revisão da literatura, sobre o turismo comunitário, com o objectivo de delimitar o tema em estudo. Assim neste capítulo que se segue será apresentado um conjunto de boas práticas sobre o turismo comunitário desenvolvidas em vários pontos do universo.

Esse tipo de turismo assente numa filosofia de sustentabilidade, apontando para o desenvolvimento integrado dos locais afectos a essa prática. São vários casos considerados de sucesso que se podem encontrar a este nível, os mesmos serão mencionados, nas alíneas abaixo.

Esses casos serão analisados sempre na óptica da promoção do desenvolvimento sustentável, exaltando aspectos inovadores, mais especificamente, sobre as redes colaborativas, a informação turística, a capacitação, a promoção, o cooperativismo, entre outros.

Assim, serão analisados os seguintes casos: Turismo Rural: rede europeia de turismo de aldeia; Turismo comunitário: Micro bacia do rio sagrado (Brasil); Lisu Lodge (Tailândia); Chambok Eco-tourism Site (Cambodja); Manyallaluk, Katherine (Australia); Kumul Lodge (Papua New Guínea); Posada Amazonas (Peru); Alojamentos Panda: Redes de hospedagem Rural nos Parques Naturais (França) e One Life (Japão).

### 4.2. Boas práticas do turismo comunitário a nível mundial

#### **Rede Europeia de turismo de aldeia - Cooperação institucional (Rodrigues e Rodrigues, 2009)**

São cinco regiões ao nível do continente Europeu que pertencem a esta rede, nomeadamente, o Alentejo em Portugal, o Arad na Roménia, a Lapónia na Finlândia, a Lomza na Polónia e o Trentino em Itália.

A Rede Europeia de turismo de aldeia surgiu de um projecto designado “*Learning sustainability*” e tem como objectivo geral promover o desenvolvimento sustentável do território marginal europeu, através de adopção de uma política de desenvolvimento assento no sector de turismo. O projecto visa a criação e dinamização de uma estrutura de cooperação a nível europeu, que fomenta a troca de informação, conhecimentos, acções de formação e

experiências entre territórios com as mesmas características e que evidenciam as mesmas lacunas de desenvolvimento. Para tal, desenvolveu-se uma parceria de cinco regiões localizadas em territórios marginais europeus, que enfrentam grandes limitações em termos de desenvolvimento, causados pelo envelhecimento populacional, pela desertificação humana, pela degradação das actividades económicas e pelo consequente aumento do desemprego. Esta rede baseia-se num sistema sólido de rede, combinado com uma perspectiva *botton up* no desenvolvimento das actividades em que as comunidades estão envolvidas. Esta rede resultou, através das trocas intensivas de experiências, na consolidação das bases de cooperação, permitindo a disseminação dos resultados de experiências mais importantes em cada comunidade a nível do desenvolvimento sustentável. Isto também permitiu o desenvolvimento de actividades de formação profissional e de promoção, com o objectivo de aumentar a qualidade da gestão dos produtos locais e particularmente da oferta turística das aldeias (Rodrigues e Rodrigues 2009).

### **Turismo comunitário no Micro bacia do rio sagrado - Fortalecimento das lideranças e empreendedorismo (Sampaio *et al.*, 2011)**

A região sudoeste da Micro-Bacia é composta pelas comunidades rurais de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga. Constituída por aproximadamente 520 famílias, sendo 270 famílias residentes, predominantemente em pequenos proprietários rurais, e 250 famílias não-residentes, ou seja, proprietários de xácaras ou sítios de lazer.

As comunidades estão organizadas através de duas associações, a Associação de Moradores do Rio Sagrado (Amorisa) e a Associação Comunitária Candonga, tendo a primeira entre outras finalidades a da gestão do abastecimento da água. A segunda associação tem como finalidade principal a agro-industrialização de produtos *in natura* em sua sede (onde está instalada uma cozinha comunitária) e desenvolve acções com o intuito de actuar na defesa dos interesses sociais, culturais e económicos das famílias associadas.

Na Micro bacia do Rio Sagrado investiram nas actividades sócio produtivos de base comunitária, com o objectivo de fortalecer as lideranças comunitárias, de forma a leva-los a participarem do processo da tomada de decisão, através do projecto intitulado “Projecto-piloto Montanha Beija-Flor Dourado”, focalizado na Educação para o desenvolvimento, conservando modos de vida de comunidades tradicionais e preservando a biodiversidade”.

Este projecto é coordenado pelo Laboratório de Gestão de Organizações que promovem o Eco desenvolvimento (Instituto La GOE) em parceria com a Universidade Regional de Blumenau

(FURB) e as duas associações comunitárias anteriormente referidas, e mais recentemente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), na qual vem articulando uma rede de esforços de organizações que pensam sistemicamente (globalmente) e actuam comunitariamente (localmente) nas comunidades do Rio Sagrado (Sampaio *et al.*, 2007).

Entre as vivências oferecidas é possível mencionar a agro industrialização da mandioca, na qual os turistas participam da demonstração do processo de transformação artesanal da mandioca em farinha e da cana-de-açúcar, que ocorre a partir de uma unidade de destilação e a produção artesanal de licores. Neste atractivo, os visitantes recebem informações a respeito da fabricação da cachaça, que vai desde a extracção da cana até o engarrafamento do produto.

Também investem na agro-industrialização de frutas e verduras como outra vivência para os turistas, sendo que o processo acontece em uma cozinha industrial comunitária. Neste espaço, são preparadas compotas e conservas de frutas típicas do local, e os *chips* de mandioca e de banana. Incluem-se ainda as actividades de agra ecologia, onde os turistas são levados para conhecer cultivos de horta (três propriedades particulares de sócios da cozinha), sem o uso de agro tóxico e com adubação orgânica.

A vivência do café também é oferecida aos visitantes, onde esses podem conhecer todo o seu processo de fabricação, que vai desde a retirada do grão do cafeeiro, até o café pronto para ser consumido.

A observação de pássaros (*birdwatching*) é outra actividade, onde primeiramente os visitantes recebem informações sobre as principais características dos pássaros encontrados no local e depois são guiados pela floresta para realizar a observação. A vivência é baseada em estudos de ornitologia, oferecida por uma estudante de biologia, e na sabedoria tradicional de um agricultor local, que oferece serviços de guia comunitário.

É possível contemplar ainda, a extracção de ervas e fabricação artesanal de essências fito terapêuticas, sendo que o visitante conhece um pequeno laboratório onde se trabalha com ervas naturais, no qual são preparados cremes, pomadas, travesseiros aromáticos e repelentes. Nesta região convém ressaltar a existência de uma forte relação entre a comunidade e a biodiversidade de seu território, seus modos de vida são repletos de conhecimentos de conservação do património natural. Tais conhecimentos são incorporados no planeamento e nas actividades turísticas.

Assim, através das vivências, o turista toma contacto pleno com os modos de vida e costumes da comunidade autóctone, mantendo contacto com a história local, com a diversidade e com a cultura do espaço visitado (Sampaio *et al.*, 2011).

### **Lisu Lodge – Redes (Johansson e Diamantis, 2006)**

Lisu Lodge, que abriu em 1992, está localizado 50 km (30 milhas) ao norte da cidade de Chiang Mai, no norte da Tailândia e é considerado um modelo de turismo sustentável.

O Governo Tailandês promoveu o ecoturismo como um instrumento para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural, surgindo assim a ideia de desenvolver este projecto, que consiste numa unidade de alojamento, localizada num parque nacional, construída segundo as técnicas tradicionais para fazer lembrar uma aldeia típica da região. Através de uma estreita colaboração entre as entidades governamentais e a população local, este empreendimento contribuiu, não só com empregos e rendimentos para as comunidades, mais também para a preservação das tradições locais, uma vez que se dava uma especial atenção a interacção cultural entre os visitantes e os indígenas, sendo este o principal objectivo das visitas.

Assim, neste caso da Lisu Lodge convém destacar o impacto deste projecto nas actividades económicas. Foram gerando em torno do empreendimento, actividades geradoras de rendimento para as comunidades, tais como: as caminhadas guiadas, os passeios de elefantes, as lojas de artesanato, os passeios de bicicleta, que permitiram o desencadear de pequenos negócios que garantem o sustento das aldeias vizinhas.

O principal objectivo desse projecto era fazer com que as comunidades locais sentissem que fazem parte do projecto e que o trabalho em estreita colaboração com esta, iria fomentar a continuidade das suas tradições culturais, que, no fundo, são uma das razões que promovem a visita do eco turista (Johansson e Diamantis, 2006).

### **Chambok Ecoturismo site – Redes e envolvimento da comunidade (Asker *et al.*, 2010)**

O Chambok é um sítio baseado no ecoturismo formado por nove aldeias (com uma população total de 2.500 pessoas), essas aldeias estão localizados na província de Kampong Speau do Camboja.

Este projecto de ecoturismo foi desenvolvido pela Mlup Baitong, uma ONG local que apresentou um modelo de ecoturismo com base comunitária e sustentável (CBET), junto das

comunidades em que objectivo principal centrava na redução da dependência local, registando assim uma fonte alternativa de renda e emprego.

Cerca de 20 membros da comunidade (mulheres e homens) participaram de formações ao nível da língua (Inglês), em consciência e interpretação da natureza para melhorar seus conhecimentos como guias.

Vinte famílias locais prepararam suas casas, para receberem turistas que visitavam a comunidade com o objectivo de dar respostas a procura turística e gerar rendas para as famílias e a localidade em geral.

Para além desses, os membros da associação de mulheres e outros moradores também trabalharam activamente na gestão de vários serviços auxiliares, nomeadamente nos alimentos e artesanato vendidos aos visitantes, nos carros de bois para passeios, nas bicicletas e guarda-sóis disponíveis para alugar.

Ainda construíram um centro de visitantes onde as crianças locais, dão espectáculos em arte, artesanato, proporcionando uma autêntica experiência cultural para os turistas com o objectivo de preservação e manutenção dessas tradições e desempenho dentro da comunidade.

Neste caso em concreto destas aldeias de Cambodja convém salientar o foco dado a construção de redes no seio da comunidade, bem como com outras comunidades, de forma a assegurar que todas as partes da comunidade sintam envolvidos e informados sobre o processo desenvolvimento. Este processo de envolvimento da comunidade centralizou-se na participação activamente nas actividades de sensibilização, para que não houvesse riscos no desenvolvimento do ecoturismo no local, de modo que todo mundo entende o que o futuro pode proporcionar para o turismo na região ou comunidade (todos os aspectos positivos e negativos foram discutido, compreendidos e antecipados) (Asker *et al.*, 2010).

### **Manyallaluk, Katherine - Parceria público/privado (Asker *et al.*, 2010).**

Manyallaluk é uma propriedade de 3000 km, situado perto de Katherine, num território do Norte da Austrália. A propriedade é gerida pelo povo Jawoyn, comunidade de cerca de 150 pessoas que dirigem este projecto de turismo de base comunitária.

A gestão do empreendimento é assumida pela comunidade, oferecendo uma série de excursões que enfatizam o conhecimento sobre as suas tradições e cultura, bem como a oportunidade de visitar as cachoeiras, piscinas naturais e sítios arqueológicos de arte rupestre.

Os passeios variam de 1 a 3 dias e a comunidade também oferecem acampamentos nos arbustos.

Para além disso, boa parte da comunidade tem emprego garantido no empreendimento turístico, gerando assim empregos directos do turismo, como por exemplo, aos artistas cuja arte é vendida aos turistas.

Os Residentes de Manyallaluk são geralmente multilingues falam um número de línguas indígenas, mas, no entanto o Inglês não é sempre falado com um nível elevado, em especial pelas crianças.

A gestão do empreendimento turístico também ajudou a melhorar as habilidades na língua inglesa, expandindo as oportunidades de usar o Inglês e interagir com os visitantes ingleses. Contudo, mesmo com as dificuldades e problemas enfrentadas no início da sua implementação, hoje a empresa Manyallaluk é um exemplo de como um produto turístico baseado na cultura pode ser predominantemente um sucesso quando é apresentada por aqueles que fazem parte e pertencem a essa cultura. Alguns problemas encontrados foram devido a ambiguidade sobre os diferentes papéis de turistas e residentes, por isso é necessário uma maior clareza, para assegurar que a população esteja preparada para controlar quaisquer áreas que a vila possa oferecer aos turistas Asker *et al.*, 2010).

#### **Kumul Lodge - parcerias privada, promoção e envolvimento da comunidade (Asker *et al.*, 2010)**

Localizado na província de Enga, nas Terras Altas da Papua Nova Guiné, Kumul Lodge é uma propriedade privada construída em terreno familiar e emprega 15 pessoas de sua aldeia local (empregos directos). O lodge começou com uma doação de US \$ 27,000 do Governo, que foi gasto na construção do lodge.

O lodge é o segundo ponto de observação de aves mais visitado em Papua Nova Guiné e é o lar de muitas espécies raras e emblemáticas, como a pássaro do paraíso. Tem como foco proporcionar o gozo da vida das aves, ou seja o lodge promove uma atmosfera tranquila, sem álcool, preservada e calma. O lodge também ajuda organizar outras actividades baseadas na natureza, como caminhadas e visitas guiadas.

O principal atracção do lodge é as aves e como tal, o projecto trabalha duro na sua protecção e uma das actividades é que a Kumul Lodge paga aos proprietários de terras adjacentes cerca de US \$ 4 por cada hóspede que fica no lodge de forma a sensibiliza-os sobre a importância de proteger as aves.

Para além disso, também mantém trilhas e instalações de observação de aves na área. Contudo o grande objectivo a longo prazo é de ver a área se transformar num Parque Nacional.

Um dos grandes desafios da Kumul Lodge fez é a comunicação. A falta de acesso à Internet torna difícil atrair visitantes internacionais. Para tal, inscreveram no Lonely Planet para espalhar a imagem do lodge, e desde então, tem crescido consistentemente. Outro desafio é a sazonalidade do fluxo turístico, mas o Lodge garante ao seu pessoal uma segurança financeira por empregá-los durante todo o ano.

Há que se destacar neste projecto, o valor original ou os altos atributos ecológicos que são extremamente eficazes para atrair os visitantes, se esses atributos forem enfatizados cuidadosamente para que possa haver, protecção e promoção destes elementos em todas as facetas do negócio. Ainda perceberam que, para proteger o ambiente da área local, e os seus próprios activos, seria necessário garantir o apoio da comunidade local. Assim, distribuíram partes dos benefícios económicos da empresa de turismo para a comunidade local, como forma de assegurar que a comunidade como um todo, têm uma participação em massa na protecção do ambiente (Asker *et al.*, 2010).

#### **Pousada Amazonas, Peru - Parceria privada e comunidade local (Asker *et al.*, 2010)**

Pousada Amazonas é um empreendimento de ecoturismo entre a comunidade local da Inferno e Rainforest Expeditions, uma empresa privada. E está localizada no fundo de Amazon no sul do Peru e como tal uma das áreas com a maior biodiversidade na Terra.

A propriedade do empreendimento é dividido em duas partes, em que a comunidade local possui 60% do empreendimento e os restantes 40% faz parte do Rainforest Expeditions, no entanto, a empresa está preparando a comunidade local para que eles possam assumir na totalidade a empresa em 2016. A Pousada Amazonas é constituída por 30 cabanas de ocupação dupla, oferece oportunidades para caminhadas e exploração da flora e fauna local. Têm como foco a conservação e a preservação da biodiversidade, oferecendo oportunidades para aprender sobre a ecologia da região.

A comunidade teve um lucro de cerca de US \$ 80 000 em 2008, a maior parte desse lucro foi ganho pelos funcionários. A maioria das pessoas da comunidade combina as suas rendas com produtos florestais agrícolas e de colheita. Para além desses resultados convém salientar os importantes resultados ao nível da conservação, protegendo uma área considerável de floresta tropical e também contribui para projectos de pesquisa e conservação, agindo como um anfitrião para um número de projectos de pesquisa.

No entanto, apesar dos desafios enfrentados e os que ao de vir a Pousada conseguiu garantir o sucesso através da colaboração entre a comunidade local, que tem um papel forte na tomada de decisão e uma organização privada, que tem tanto o lucro e o motivo de conservação. O foco de conservação está profundamente enraizado na organização *Rainforest Expeditions*, que esta envolvida em pesquisa e conservação de projectos genuínos. Isto não só tem benefícios ambientais óbvios, mas também significa que têm construído uma loja de conhecimento ecológico local que é usado para fornecer uma mais enriquecedora experiência educacional para os turistas (Asker *et al.*, 2010).

### **Alojamentos Panda: Redes de hospedagem Rural nos Parques Naturais – Capacitação, valorização dos recursos locais (OMT 2000)**

Os Alojamentos Panda são uma rede de 250 meios de hospedagem rural de grande qualidade arquitectónica e localizados em espaços naturais preservados. São denominados Gite de France e localizados dentro de parques naturais, regionais ou nacionais franceses.

Este projecto foi de iniciativa da *Word Wild Fund for Nature* (WWF) em parceria com a Federação Francesa de Parques Naturais Regionais (FFPNR) e a Federação de alojamento da França.

Este projecto tinha como principal objectivo favorecer um turismo de qualidade e que respeite o ambiente natural e cultural, manter e diversificar as actividades rurais e agrícolas baseados no turismo, e oferecer aos visitantes a possibilidade de observar e apreciar a natureza sob as melhores condições, graças ao cenário e materiais adequados.

Assim a preocupação central era oferecer a possibilidade de praticar a observação da natureza em um ambiente natural de qualidade, dispor de equipamentos de observação e de informações específicas, desenvolver nos proprietários a preocupação de preservação do meio ambiente.

Nesta perspectiva a sustentabilidade do projecto foi dividida em duas dimensões: Dimensão do meio ambiente e dimensão socioeconómico. Dentro da dimensão do meio ambiente, os parques naturais forneceram material pedagógico com informações a respeito do meio ambiente do parque, e material para a observação da natureza. Para além disso comprometeram-se em efectuar um inventário da fauna e flora do local, capacitação dos proprietários ou gestores dos alojamentos panda, consciencialização para o respeito do meio ambiente, da fauna, da flora e do património natural e cultural, e ainda organizaram a partir da iniciativa de cada parque, diversas medidas de gestão ecológica, nomeadamente sobre a

economia de água, a triagem selectiva dos despejos, a recolha de produtos domésticos, e ainda limpezas dos espaços naturais nos limites dos Alojamentos.

No que diz respeito a dimensão socioeconómica, auxiliaram pequenos empreendedores e apoiaram de forma solidária as instituições locais para garantir a sua rentabilidade e ainda criar incentivos para criação de novos produtos do turismo ecológico nos locais, com dificuldades económicas. A comercialização dos produtos é garantida pela Federação de Alojamentos da Franca.

Convém salientar que neste projecto, os proprietários são originários do meio rural das localidades de implantação, e são os ``Embaixadores`` da cultura local, transmitindo seus conhecimentos aos clientes.

Apesar das dificuldades iniciais, tais como a dificuldade de comercialização, o atendimento as normas para a gestão ecológica dos estabelecimentos e a renovação arquitectónica das construções antigas que foram relativamente custosas, os resultados tem sido muito bons, nomeadamente ao nível da reabilitação das construções tradicionais e de grande interesse arquitectónico, da publicação de um catálogo de referência dos 250 Alojamentos Panda da Franca, da valorização das culturas e das actividades tradicionais de inúmeros parques, graças às actividades turísticas, garantindo assim o aumento da taxa de ocupação dos alojamentos (15 ou 20% em cinco anos) (OMT 2000).

**Case Study: One Life, Japan- divulgação do destino e educação ambiental (Asker et al., 2010)**

Fundada em 2006, a One Life Japão fica situada no Japão mais concretamente em Sakae Mura, na província de Nagano (3 horas de Tóquio). Este projecto consiste na prestação de serviço de turismo de base comunitária, que surgiu a partir de um simples desejo de criar opções de férias que permitem aos participantes saberem mais sobre o ambiente local.

Os visitantes podem criar um *tour* personalizado, com base em suas necessidades e interesses.

São oferecidos um conjunto de serviços, nomeadamente as excursões de bicicleta, guias comunitárias locais, fotografia e mapas, comida local, cursos de imersão da língua e cultura japonesa e educação ambiental em que os participantes são levados para uma variedade de terrenos e ambientes para entenderem a geografia local e ecossistemas, bem como para perceberem como a actividade humana influencia o meio ambiente.

O mesmo programa é oferecido aos estudantes (primário e do ensino secundário, bem como do ensino superior) que estão interessados na interação do ambiente natural e construído.

Os visitantes podem optar por passar uma noite na casa de uma família local, em pousada familiar com mais de 200 anos de existência, ou em cabana de montanha. Podem ainda desencadear caminhadas na zona rural por conta própria, ou trabalhar em um campo de arroz ou colher legumes selvagens.

Em termos de benéficos, para além do aumento do rendimento das comunidades locais, os passeios de bicicleta e caminhadas reduzem a pegada ecológica dos visitantes e ainda permite fornecer uma alternativa para a experiência urbana de Tokyo ou Kyoto e para outras cidades que se tornaram muito populares entre os turistas, como uma maneira de partilhar o lado autêntico da vida quotidiana, em uma comunidade rural japonesa. Contudo, os turistas precisam ser avisados de não esperarem certos luxos (alojamento de cinco estrelas) ou conveniências (por exemplo, telefone cobertura celular durante toda a viagem), mas também devem compreender que eles não estão indo para descobrir o "perdido" Japão, isto é, uma perspectiva diferente sobre a vida moderna japonesa.

Neste projecto o foco é dada a participação activa de tanto os visitantes como a comunidade local, construindo assim relacionamentos autênticos (Asker *et al.*, 2010).

### **4.3. Conclusão**

Da análise deste caso cujo objectivo era recolher um conjunto de subsídios, fruto das medidas e políticas de desenvolvimento do turismo comunitário adoptadas em diversas regiões do mundo, várias foram os resultados positivos, alcançados.

Assim, no âmbito deste estudo que objectiva apresentar um conjunto de linhas de orientação para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural do Monte Gordo serão aproveitadas e adaptados, lá onde for possível a realidade turística do espaço geográfico do objecto deste estudo.

Neste sentido, tal como nos casos analisado será tida em conta a papel do envolvimento da comunidade local, a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades e territórios, a adopção de uma política de desenvolvimento assento no sector de turismo, a criação e dinamização de uma estrutura de cooperação a nível comunitária que fomenta a troca de informação, conhecimentos, acções de formação e experiencias entre territórios com as

mesmas características e que evidenciam as mesmas lacunas de desenvolvimento, o investimento em actividades sócio produtivos de base comunitária, o fortalecimento das lideranças comunitárias, a participação activa das comunidades no processo da tomada de decisão, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural, as parcerias publico privadas, e ONGs locais, o aproveitamento dos recursos locais, entre outros.

## **Capítulo 5 - Caracterização do Parque natural do Monte Gordo**

### **5.1. Introdução**

Neste capítulo que se segue objectiva-se apresentar uma breve caracterização da ilha de São Nicolau, fazendo-a uma caracterização geral, bem como analisar alguns indicadores da oferta e procura turística, os atractivos turísticos, e por fim uma caracterização, do objecto deste estudo, isto é, o Parque Natural do Monte Gordo, declarado Parque Natural em 2003, considerada uma das 7 Maravilhas Naturais de Cabo Verde e como tal um recurso turístico por excelência.

O Monte Gordo, do alto dos seus 1312 metros, guarda toda a ilha com seu olhar majestoso e proporciona aos visitantes uma experiência única e apresenta desde alguns anos a esta parte, alguma experiência do turismo comunitário proporcionado aos visitantes pelas suas 8 comunidades, nomeadamente, as comunidades de Cachaço, Cabeçalinho, Palhal, Hortelã, Ribeira dos Calhaus, Fragata, Fajã, Lombo Pelado (DGA, 2008).

### **5.2. Caracterização da ilha de São Nicolau**

Contudo, antes de esmiuçar as informações sobre o Parque Natural do Monte Gordo, enquanto objecto desta investigação, acha-se pertinente fazer uma breve caracterização da ilha de São Nicolau do ponto de vista geral, dos seus recursos e potencialidades turísticas.

A ilha encontra-se localizada entre os paralelos 16° 40', 16° 29' N e os meridianos de 24° 00' e 24° 30' W e faz parte do grupo das ilhas de Barlavento. Em termos de superfície a ilha de São Nicolau é a quinta maior ilha de Cabo Verde, ocupando uma área de cerca de 343 Km<sup>2</sup>, tendo 45 km no maior comprimento (sentido E-W) e a largura máxima de 25 km (sentido N-S), (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

No que diz respeito a população, a ilha possui 7.580 habitantes, divididos administrativamente por 2 municípios, o de Tarrafal e o da Ribeira Brava, sendo as principais actividades económicas da ilha dominada pela sector primário, assumindo a agricultura, a pesca e a pecuária papel de destaque, embora em termos de distribuição do emprego o sector terciário ocupa a primeira posição, com cerca de 48% (DGT, 2014).

Em termos das potencialidades turística os dois municípios (Ribeira Brava e Tarrafal) apresentam grandes potencialidades turísticas nos mais variados domínios, caso forem bem

aproveitadas poderão constituir num dinamizador do seu desenvolvimento, no que se refere a beleza e diversidade das suas paisagens, às qualidades medicinais das areias, à pesca desportiva e desportos náutico, o Parque natural de Monte Gordo, o vasto património histórico e cultural, o meio rural, o saber receber das suas gentes, a tranquilidade, o clima ameno, etc., que poderão constituir um pacote turístico complementar e alternativo a aquele que vem sendo desenvolvido nas ilhas mais planas do país, cujo a base principal de sustentabilidade e atracção assenta basicamente no binómio sol e mar (Direcção Geral da Descentralização e Administração Local, s/d)

Assim, em termos de potencialidades turísticas, o quadro resume que se segue apresenta um conjunto de atractivos naturais, culturais, festividades, gastronomia e entre.

**Tabela 6:** Atracções e potencialidades turísticas da ilha

Atracções	Potencialidades
<b>Naturais</b>	
Atracções	Descrição
<b>Mar/Praias</b>	<p>As zonas costeiras, praticamente inexploradas apresentam potencialidades no que diz respeito, a beleza e diversidade das suas paisagens costeiras nomeadamente as praias (Barril, Praia da Luz, Praia de Francês, Baía de Papagaio, Praia Debaixo de Rocha, Baía de Focado, Prainha, Curral Velho, Preguiça, Carriçal Baía de São Jorge, Lagoa, entre outras).</p> <p>A ilha ainda possui um grande potencial noutros desportos náuticos, com especial relevo para o mergulho de observação e a caça submarina, sendo considerada um dos melhores locais mundiais para esta prática, designadamente para a captura de espécies velozes como o Marlin, o atum e a Serra.</p>
<b>Parque Natural do Monte Gordo</b>	<p>O parque natural Monte Gordo, uma das setes maravilhas de Cabo Verde, e o ponto mais alto de São Nicolau, é dotado de uma variedade relativamente grande, de raros tipos de habitats, entre os quais uma vasta extensão de habitats de Tortolho (<i>Euphorbia tuckeyana</i>), o Dragoeiro (<i>Dracaena draco</i>), considerada uma espécie endémica de Cabo Verde, bem como a Macela do Gordo (<i>Napliu smithii</i>), uma espécie endémica, encontrada apenas nesta Reserva Natural.</p> <p>Ao nível da fauna destacam-se as aves tais como <i>Acrocephalus brevipennis</i>, <i>Falco tinnunculus neglectus</i>, <i>Pandion halieetus</i> e <i>Pterodroma feae</i> e os répteis endémicos, nomeadamente <i>Chioninia fogoensis nicolauensis</i> e <i>Tarentola cabo-verdiana nicolauensis</i>.</p> <p>E ainda pode-se destacar a alta diversidade e a complexidade natural da área, resultantes das inúmeras combinações entre tipos de relevo, altitudes, características topográficas, substrato rochoso, solos e cobertura vegetal natural.</p>
<b>Piscinas naturais</b>	<p>Em termos de piscinas naturais destaca-se o Carbeirinho, situado na zona da Praia Branca, foi eleito uma das 7 maravilhas de Cabo Verde.</p> <p>Carbeirinho é um dos principais pontos de lazer e caracterizada pela sua larga gruta que serve de abrigo aos que pretendem desfrutar de uma das mais belas paisagens marítimas da ilha de São Nicolau.</p> <p>Com duas grandes grutas com piso de areia negra e fina fazem parte do cenário, onde também se oferecem ao deleite do visitante pequenas piscinas naturais de fundo regular que convidam a imersão.</p>
<b>Culturais</b>	
<b>Manifestações culturais/ tradicionais e religiosos</b>	<p>Ao longo do ano realiza-se por toda a ilha varias festas culturais e tradicionais, começando em Fevereiro com o Carnaval (Ribeira Brava), nos meados de Maio a Nossa Senhora do Monte (Cachaço), no dia 13 Junho o Santo António, a 24 Junho o São João, no dia 29 Junho as festividades e São Pedro, no Início de Outubro a festa da Nossa Senhora do Rosário (Ribeira Brava) e São Francisco de Assis (Tarrafal) no 1º Domingo de Outubro.</p>

Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

<b>Música</b>	A canção “Sodade”, celebrizada por Cesária Évora, escrita nos anos 50 do século passado, transmite a saudade daqueles que tinham que partir em busca de uma vida melhor, na sequência das grandes secas e fomes, rumo às roças de São Tomé, é sem dúvida a pérola da música da ilha de São Nicolau. Contudo, convém destacar também a morna, a coladeira, a contradança, a mazurca, que também são géneros musicais muito apreciados e tocados na ilha.
<b>O Carnaval</b>	O Carnaval que se traduz na maior festa popular da ilha com desfiles durante três dias pelas ruas da cidade de Ribeira Brava é muito celebrado e unanimemente aceite como um dos mais importantes do país. O centro da pequena Cidade da Ribeira Brava transforma-se numa passarela de carros alegóricos, trajes coloridos e muita música.
<b>Festividades</b>	Em termos de festividades destaca-se o festival de música de Praia Tedja (Tarrafal) no mês de Agosto e a festa do município de Ribeira Brava realizada no dia 6 de Dezembro.
<b>Gastronomia</b>	A gastronomia de São Nicolau é bastante diversificada, mas o que mais se destaca é o famoso prato típico da ilha, o “ <b>MODJE D’ CAPOD</b> ”, que é um caldo de carne cabrito capado e legumes (mandioca, banana verde, batata, abobara, inhame, tudo cortado aos cubos). Este prato é muito utilizado nas festas de casamentos, onde é acompanhado com “xerém” feito a partir de milho. Destaca-se ainda a famosa “ <b>FARINHA D’PAU</b> ”, feita de Mandioca, a Cachupa Rica considerada prato nacional, o Caldo de Peixe, o Cuscuz, o Ralon, Papa de milho moído, assim como diversos pratos derivados do peixe.
<b>Património Construído</b>	
<b>Património Arquitectónico</b>	A ilha possui um riquíssimo potencial histórico e cultural. Em matéria de património construído, com destaque para a estrutura arquitectónica do século XVIII, ao longo da Cidade da Ribeira Brava, nomeadamente o Edifício dos Paços do Concelho e a Praça “Cónego Bouças”, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, o Ex. Seminário Liceu, a Escola Central (actual Biblioteca Municipal), o Orfanato Rainha Santa Isabel, o antigo Forte do Príncipe Real da Preguiça, a estátua do Dr. Júlio José Dias, o Farol de Baril, a colónia prisional do Tarrafal de S. Nicolau, entre outros.
<b>Museus</b>	O Museu da água, localizada em Cachaço, simboliza varia vivências do povo sanicolauense em relação à problemática da água, e o Museu de Pesca localizado na cidade do Tarrafal.

**Fonte:** elaboração própria, com base em DGT (2009), CMRB (2012), CMT (2013) e DGT (2014)

Com o resumo descrito no quadro pode-se verificar que a ilha de São Nicolau apresenta uma oferta turística bastante diversificada, onde se destaca como potenciais produtos turísticos, o turismo de Sol e Praia, com lindas praias de areia preta, o turismo cultural, destacando as famosas festas de romarias, como o São João, São Pedro, o festival de Praia de “Tedja”, entre outros, o turismo de natureza pelo parque natural de Monte Gordo, o turismo de aventura e desportivo, (desportos náuticos, aventura, mergulho, cavalgadas, pesca desportiva etc.) e o ecoturismo (MECC e DGT, 2009).

Contudo, os mesmos autores defendem a existência de um conjunto de constrangimentos que precisam ser resolvidos ou minimizados, relativamente a ligação aérea e marítima com o exterior e com as restantes ilhas, a mão-de-obra qualificada, as infra-estruturas gerais de saúde, segurança, saneamento, entre outros (MECC e DGT, 2009).

Em termos de oferta de alojamento segundo os dados do INE (2015) a ilha possuía em 2015 cerca de 9 estabelecimentos de alojamento, registando uma certa oscilação, contudo não muito significativa, representando cerca de 3,9% do total nacional, que é de 229. (Figura1)

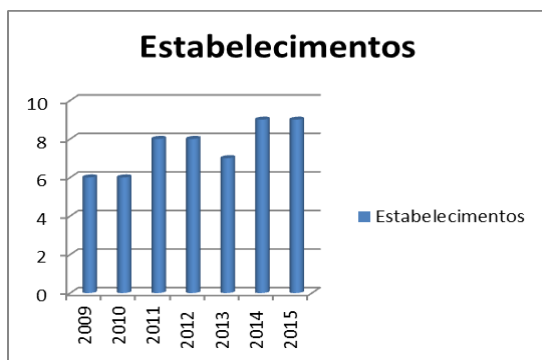


Figura 1: Evolução do número de estabelecimentos de alojamento

Fonte: INE (2015)

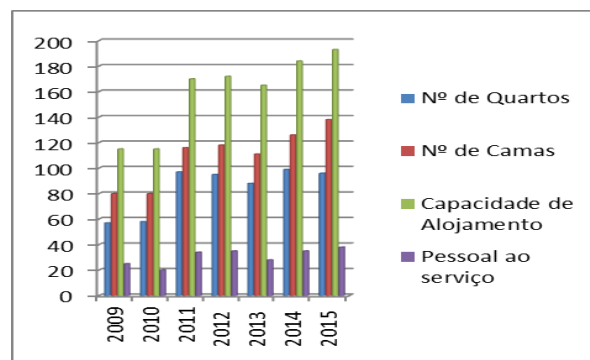


Figura 2: Evolução da oferta de alojamento da ilha

Fonte: INE (2015)

No que diz respeito ao número de quartos e camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço pode-se verificar pela Figura 2 que estes indicadores tem acompanhado a mesma tendência do número de estabelecimentos, isto é com oscilações ao longo dos anos, tendo registado em 2015, cerca de 96 quartos, 138 camas, com uma capacidade de alojamento de 193 e empregando cerca de 38 pessoas.

### A procura turística da ilha de São Nicolau

Tendo em conta os dados do INE (2015) a procura turística da ilha tem registado a mesma tendência da oferta turística ao longo dos anos, como se pode verificar na Figura 3, tendo registado no ano 2015 cerca de 1723 hóspedes. Em termos de dormidas registou-se um crescimento nos últimos 3 anos, sendo que em 2015 registou cerca de 7772 dormidas nos estabelecimentos e alojamentos (Figura 3).

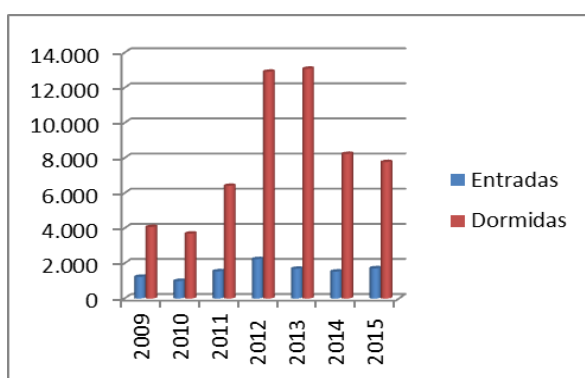


Figura 3: Entradas e dormidas nos estabelecimentos de alojamento

Fonte: INE (2015)

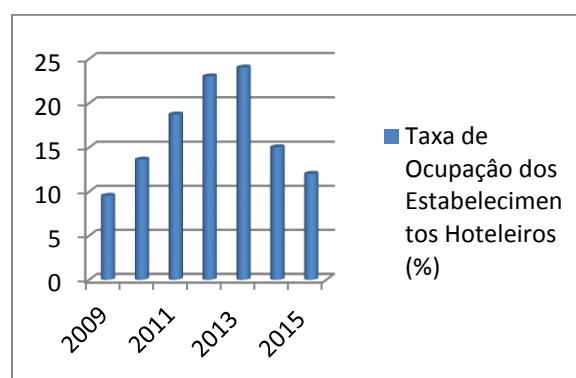


Figura 4: Taxa de ocupação dos estabelecimentos da ilha

Fonte: INE (2015)

No que se refere a taxa de ocupação dos estabelecimentos de alojamento (Figura 4) nota-se um crescimento de 2009 a 2013, e um decréscimo de 2013, até 2015, registando um decréscimo de cerca de 12% em 2015.

Relativamente às entradas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência, pode-se constatar que no ano de 2014 os Espanhóis foram os que mais utilizaram os estabelecimentos hoteleiros, na ilha de São Nicolau, seguido dos Alemães e Franceses (Figura 5).

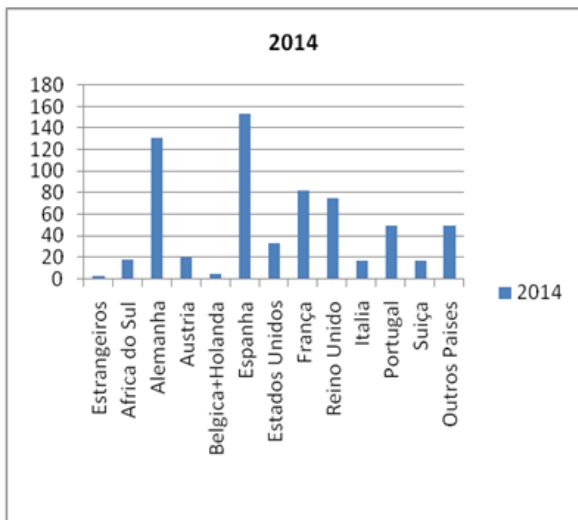


Figura 5: Evolução das entradas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência

Fonte: INE (2014)

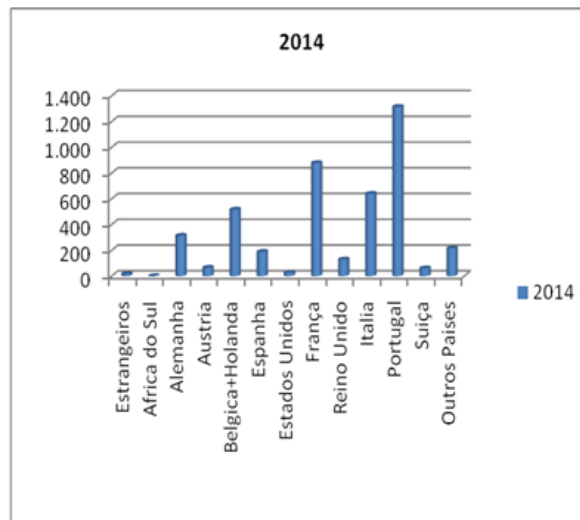


Figura 6: Evolução das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência

Fonte: INE (2014)

Em relação às dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência, pode-se constatar que no ano de 2014 os Portugueses foram os que mais pernoveram nos estabelecimentos hoteleiros (Figura 6).

### 5.3. Breve história do Parque Natural Monte Gordo segundo O Plano de Gestão do PNMG (2003)

Sensivelmente no centro da ilha, ergue-se uma das 7 Maravilhas Naturais de Cabo Verde, o Monte Gordo, ponto mais alto (1312 metros de altitude) e o 3.º mais elevado do arquipélago situado na parte ocidental da ilha de S. Nicolau, e representa a amostra mais representativa dos ecossistemas húmidos de montanha e um dos mais importantes ecossistemas de agricultura de sequeiro de Cabo Verde. Abrange desde os estratos bioclimáticos áridos, na parte sul do Monte Gordo e os sub-húmidos a nor-nordeste até o cume do mesmo (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

O Parque Nacional de Monte Gordo (PNMG) conta com superfície de 952 hectares, sendo que 672 hectares pertencem ao Município do Tarrafal e representa cerca de 60% da área total

e as restantes 376 hectares, que representa 40% pertencem ao Municípios de Ribeira Brava. (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Com a criação da lei florestal em 1997, a região foi enquadrada como perímetro florestal, que se transformou em Parque Natural, a partir de 2003, com o Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro e o seu limite exterior foi aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 10/2007, de 3 de Setembro, situando-se na parte ocidental de São Nicolau, entre as coordenadas 24° 21' e 24° 22' 30'' W e 16° 36' 30'' e 16° 37' 30'' N, na divisão entre os Municípios de Ribeira Brava e Tarrafal (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Actualmente integra-se a Rede Nacional das Áreas Protegidas, declarada pelo Regime Jurídico das Áreas Protegidas. Não existe registo sobre a origem do nome, contudo, o seu perfil longitudinal confunde e tem-se a sensação de se estar perante um imponente maciço “gordo” de onde poderá ter surgido a designação. Há quem diga que o nome resulta do facto de apresentar em quase toda a sua extensão permanentemente húmida, com aspecto “gorduroso” particularmente nos meses mais frios do ano, consequência das orvalhadas (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

O parque usufrui de um clima tropical húmido, sendo os meses mais quentes, Julho a Setembro, os mais frios, Dezembro a Março. Raramente a precipitação acontece nos outros meses, destacando os meses mais secos de Outubro a Maio (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Fazendo parte de um grupo de relevos situado no Ocidente da ilha, Monte Gordo é constituído essencialmente por materiais piro clásticos e escoadas subaéreas. De idade pliocénica, a formação do Monte Gordo assenta num complexo eruptivo e está coberto muitas vezes por depósitos sedimentares quaternários (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

As rochas mais comuns são de natureza basáltica com particular incidência do tipo basanítico. Castigados pela erosão, esses materiais alteram a sua constituição transformando-se em produtos com cores avermelhados e amarelos. Em compensação a permeabilidade daqueles materiais favorece bastante a infiltração das águas das chuvas e da precipitação invisível de nevoeiros produzida nas regiões altas (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

No Monte Gordo tem origem as mais importantes ribeiras desta ilha: Palhal, Areia, Pedras, Calhaus, Chã, Pombas, Prata, Camarões, Fajã, Queimadas, e Brava. A maioria corre ribeiras

em vales fundos, principalmente quando cortam as formações basálticas e escórias vulcânicas. Outras vezes, quando seguem através de terrenos desagregáveis apresentam-se vales largos sem margens abruptas, como os casos dos vales da ribeira Brava e do Recanto. (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Em termos geomorfológico pertence ao grupo dos quatro maciços montanhosos da ilha (Monte Gordo, Monte Bissau, Jalunga e Fontainhas). Nos dias de céu limpo é possível, observar a partir do cume, outras paragens do país, ao espreitar por cima das nuvens do nordeste, oferecendo uma vista panorâmica excelente sobre São Vicente, Santo Antão, Santa Luzia, que por vezes chega até ao pico de Antónia, na ilha de Santiago e ao pico da ilha do Fogo (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

A formação do Monte Gordo é a mais importante das formações geológicas da ilha devido à predominância de piro clásticos sobre a litologia das escoadas, tanto em altitude como em área ocupada (Marques 1983). Devido a pequena dimensão dos piro clásticos são facilmente meteorizáveis, originando nas fachadas N-NE solos evoluídos (espessos) dada à influência positiva da humidade transportada pelos ventos alísios húmidos do nordeste, reflectindo positivamente na cobertura vegetal (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Contrariamente às formações de piro clásticos da fachada S-SW e do Ocidente com declives por vezes superiores a 50°, que sofrem influências negativas das chuvadas violentas, estando sempre susceptíveis a profundo abarracamento e importantes movimentos de massa que nem as acções intensas de reflorestação puderam evitar (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

É sem dúvida a localidade com maiores quedas pluviométrica da ilha, e o Nordeste beneficia durante alguns meses do ano das precipitações ocultas, devido à humidade transportada pelos ventos alísios, constituindo por isso, juntamente com locais pontuais situadas a ocidente da ilha, as únicas zonas húmidas da ilha (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direção Geral do Ambiente, s/d).

Geralmente os solos do Monte Gordo estão ocupados por florestas, agricultura de sequeiro e pastagens e com uma diversidade em termos de habitats, entre os quais uma vasta extensão de habitats de Tortolho (*Euphorbia tuckeyana*), o Dragoeiro (*Dracaenadraco*), considerada uma espécie endémica de Cabo Verde, bem como a Macela do Gordo (*Napliu smithii*), uma

espécie endémica, encontrada apenas nesta Reserva Natural (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

Além desses a vegetação actual do Parque é dominada principalmente por árvores, tais como *Pinus sp.*, *Eucalyptus sp.* e *Cupressus sp.*, *Acacia sp.* e *Grevillea robusta*, *Lantana camara* e *Furcraea foetida* (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

Ao nível da fauna destacam-se as aves tais como *Acrocephalus brevipennis*, *Falco tinnunculus neglectus*, *Pandion halieetus* e *Pterodroma feae* e os répteis endémicos, nomeadamente *Chioninia fogoensis nicolauensis* e *Tarentola cabo-verdiana nicolauensis*. Existe também no Parque de Monte Natural de Monte Gordo e nos limítrofes uma grande população de Galinhada-Guiné (*Numida meleagris*), proveniente do continente africano, foi há séculos introduzida em Cabo Verde. Vive em grupos nas vertentes de montanhas ou em áreas de reflorestação (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

### 5.3.1. As Infra-estruturas do Parque Natural do Monte Gordo

Em termos de infra estruturas o parque apresenta de forma modesta um conjunto de infra estruturas, constituídas pela **Casa do ambiente** que comporta o Gabinete Administrativo, e o de Desenvolvimento Comunitário, o **Parque de campismo**, constituída pelo Gabinete do Ecoturismo, e o de seguimento Ecológico, uma sala de recepção, duas casas de banho e uma cozinha, e ainda o anexo do Parque de Campismo, constituído por cinco quartos (um quarto de casal e quatro quartos duplo), sendo apenas três com casas de banho, pela **Casa do artesanão**, que actualmente encontra-se encerrada, por falta de matérias artesanais e artesões e pelo **Núcleo museológico de água (TORNO)** (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

O PNMG, funciona de segunda a sexta-feira: das 8: 30 às 15: 30 e aos sábados, das 9: 00 às 14: 00, sendo que a gestão do parque é da Tutela da Direcção geral do Ambiente e gerido por um director, que tem sobre a sua responsabilidade um Gabinete Administrativo e mais 3 Gabinetes (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

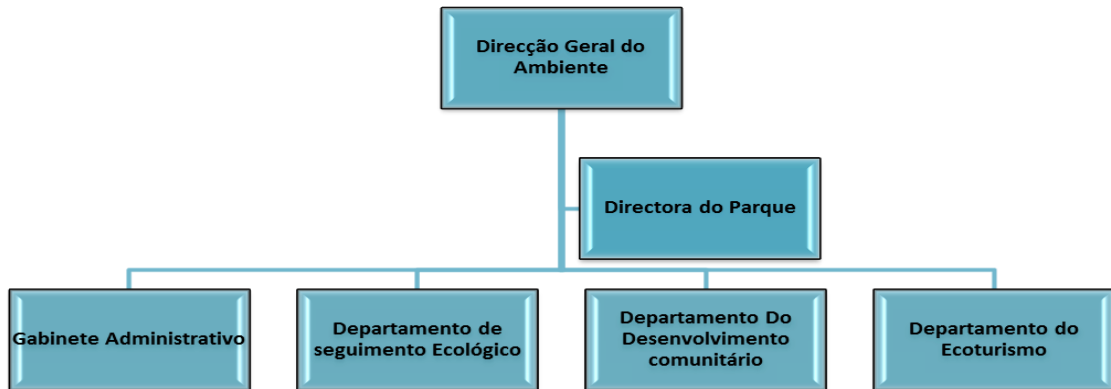


Figura 7: Organograma do Parque Natural Monte Gordo

- Departamento do seguimento Ecológico que tem como principais funções a realização e actualização dos mapas do limite do PNMG, a recolha de sementes das plantas endémicas, o levantamento e estudo da biodiversidade das espécies existentes no Parque, tanto da flora como da fauna, e por fim inserção de todos os dados obtidos num sistema de base dados de informação geográfica (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d);
- Desenvolvimento comunitário, que como o nome indica é o Departamento que trabalha com a comunidade, escolas, associações comunitárias e entre outros, e tem como objectivos, sensibilizar as comunidades locais, as escolas sobre a importância da envolverem nas actividades do Parque. Esse processo de sensibilização é feita através de palestras sobre a conservação do meio ambiente, formações na área de reciclagem, artesanato, corte e costura, transformação de frutas em bebidas ou doces etc., campanhas de limpeza junto das comunidades, produção e distribuição de plantas endémicas e fruteiras nas comunidades (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).
- Departamento de Ecoturismo, que faz o planeamento do turismo no Parque, mais propriamente do Ecoturismo, fazendo recepção e guia dos visitantes dentro do perímetro, focaliza sobretudo no desenvolvimento sustentável do ecoturismo no Parque e São Nicolau de uma forma geral (Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente, s/d).

### 5.3.2. A procura do Parque Natural Monte Gordo

Em termos turísticos, o Parque Natural do Monte Gordo recebeu no ano 2013 cerca de 1427 visitantes, sendo que as nacionalidades que mais visitaram o Parque foram os Cabo-verdianos, com cerca de 916 visitantes, seguidos dos Alemães, Holandeses e Franceses (PNMG, 2016).

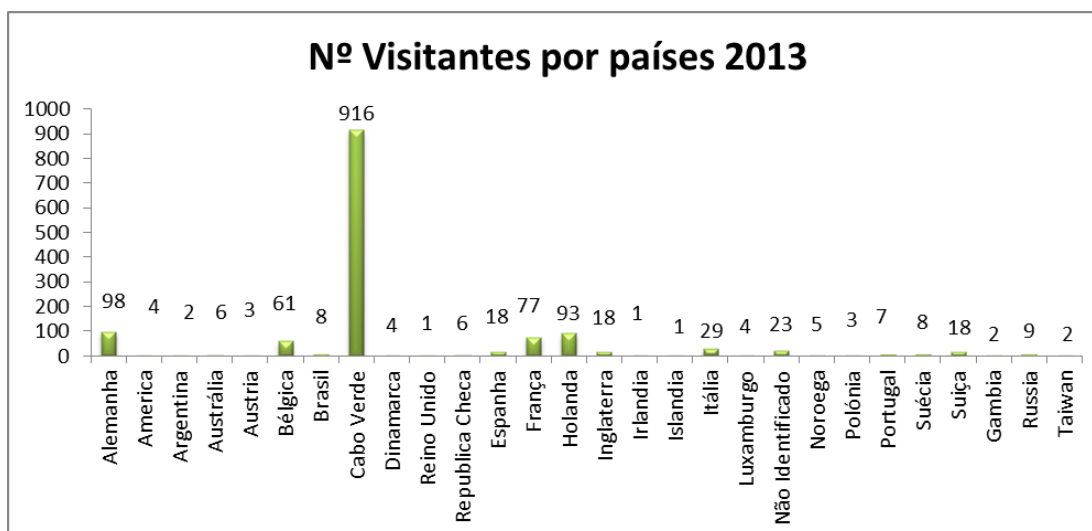


Figura 8: Número de visitantes por países no ano de 2013

No ano de 2014, o número de visitantes teve um aumento significativo, registando cerca de 402 visitantes a mais que o ano 2013, registando assim, em 2014 cerca de 1829 visitantes, com os cabo-verdianos a frente, com cerca de 1237 visitantes, dessa vez seguido dos Franceses com cerca de 165 visitantes e posteriormente dos Alemães com 116 visitantes (PNMG, 2016).

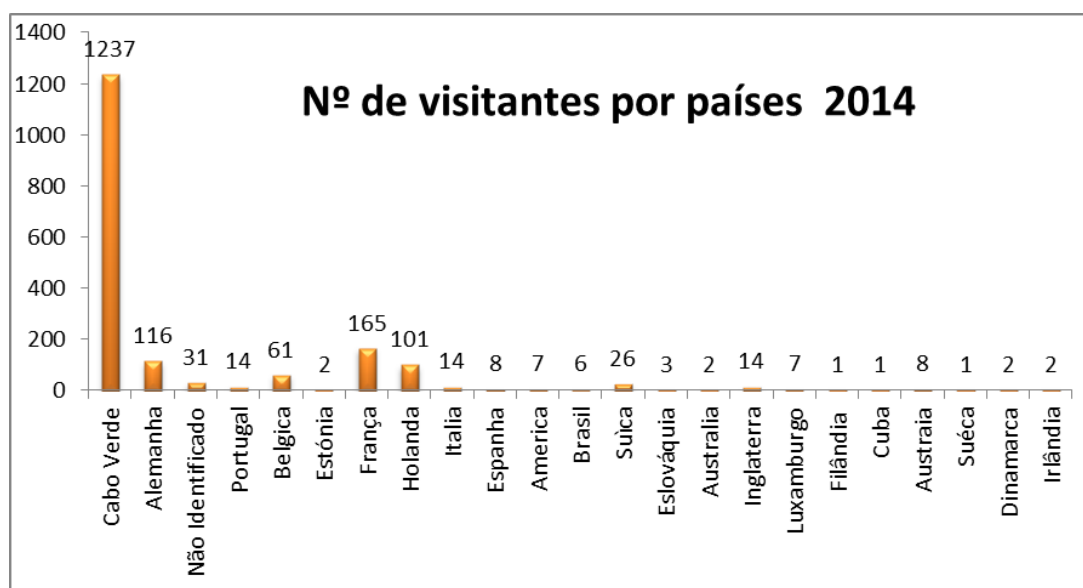


Figura 9: Número de visitantes por países no ano de 2014

Por sua vez, no ano de 2015, o número de visitantes diminuiu significativamente, passando de 1989 em 2014 para 1494, ou seja, um decréscimo de cerca de 495 visitantes, contudo os cabo-verdianos continuam a ser os que mais visitam o Parque, novamente seguido pelos Franceses com 217 visitantes e logo atrás os Holandeses com cerca de 126 visitantes.

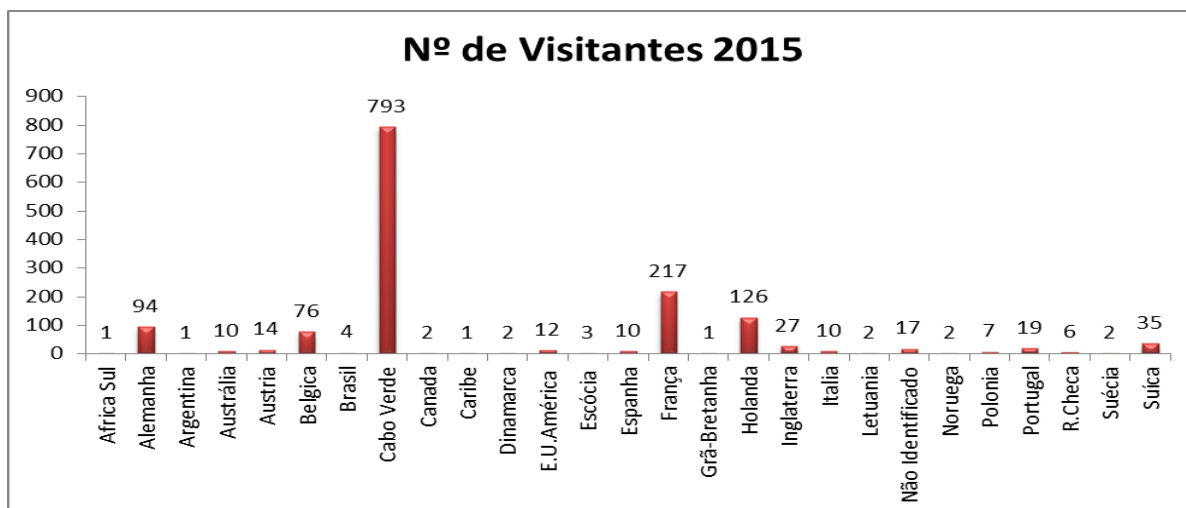


Figura 10: Número de visitantes por países no ano de 2014

Pode-se verificar que esta redução do número de visitantes no ano 2015 está associada essencialmente a redução do número de cabo-verdianos que tem visitado o Parque nos últimos anos.

#### 5.4. Conclusão

Nesse capítulo foi feita uma análise tanto do ponto de vista bibliográfico, como de dados estatísticos da ilha de São Nicolau, e do Parque Natural do Monte Gordo, caracterizando-os, de uma forma geral, como em termos turísticos, tanto ao nível da oferta como da procura Turística, baseando em dados concretos do INE e do próprio Parque, com o objectivo de dar a conhecer a ilha e o Parque enquanto objecto em estudo deste trabalho monográfico.

Da análise dos dados conclui-se a que a ilha apresenta várias potencialidades e atracções turísticas que vêm captando a atenção de muitos visitantes, contudo ainda apresenta alguns constrangimentos tanto ao nível dos transportes, das infra estruturas turísticas, da mão-de-obra, o que torna a ilha menos procurado em relação a algumas outras ilhas, que são os principais pontos turísticos de Cabo Verde.

Em relação ao Parque Natural do Monte Gordo, os dados estatísticos analisados sobre a evolução do número dos visitantes que o visitam anualmente, mostram claramente que a ilha e

o Parque têm sido pouco procurados tanto por turistas, nacionais como estrangeiros, mesmo possuindo várias potencialidades para a prática do turismo, principalmente o Ecoturismo, que pode ser praticada dentro do Parque, uma das Sete Maravilhas de Cabo Verde.

## **Capítulo 6 - Metodologia do estudo empírico**

### **6.1. Introdução**

Qualquer estudo para se aproximar o máximo possível da exactidão e rigor é necessário ter-se em conta um conjunto de procedimentos metodológicos e explicar de forma clara as diferentes etapas perseguidas durante a investigação e, assim, chegar a um modelo concreto de Investigação.

Assim, este capítulo terá como principal objectivo apresentar a metodologia utilizada para a construção deste estudo, que terá por base um modelo que permitirá desenvolver um conjunto de Propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo.

### **6.2. Modelo para criação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo**

De uma forma tradicional de investigar cientificamente na perspectiva de Fonseca (2002) tanto uma pessoa ou grupo (sujeito da investigação) ou um aspecto da realidade (objecto da investigação) implica comprovar experimentalmente hipóteses (investigação experimental) ou descrever (investigação descritiva) ou explorar (investigação exploratória).

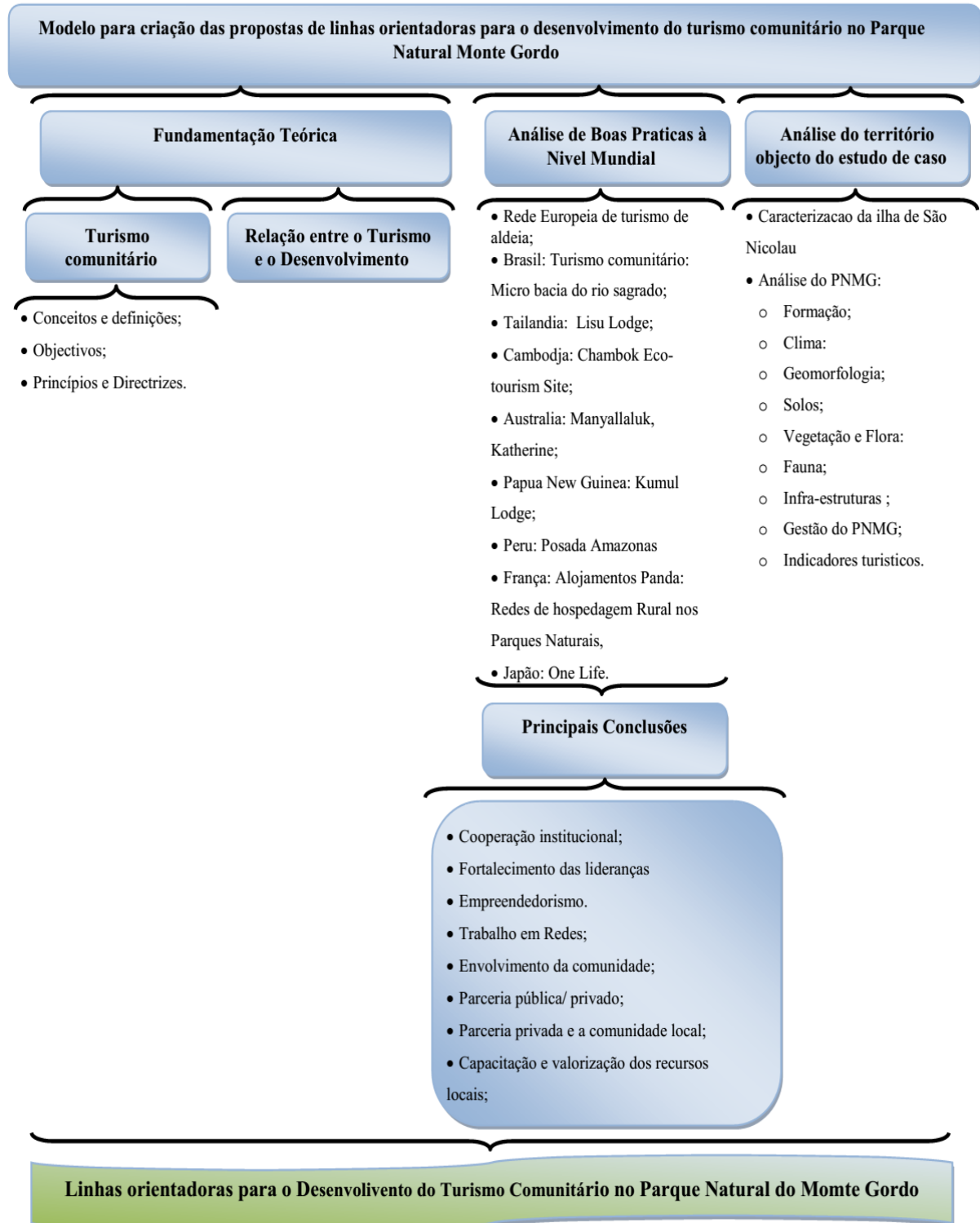
Numa outra perspectiva Prodanov e Freitas (2013) defendem que a metodologia consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa, isto é, a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para a construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade.

Assim, este trabalho como qualquer outro de carácter científico requer a adopção de procedimentos para alcançar os objectivos e os fins pretendidos.

Neste sentido, propõe-se um Modelo para criação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo, na ilha de São Nicolau.

Logo, este modelo (Figura 11) tem por base a revisão da literatura, sobre o Turismo Comunitário, debruçando sobre os conceitos e definições, objectivos, princípios e sua importância. Recorreu-se também a diferentes perspectivas de vários autores sobre o turismo,

e o desenvolvimento comunitário, desde a sua importância, seu impacto no desenvolvimento das comunidades e a sua capacidade enquanto instrumento de combate a pobreza e de capacitação social.



**Figura 11:** Modelo para criação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo

Posteriormente, recorreu-se as metodologias das boas práticas (*best practices*) como metodologia muito utilizada ultimamente em turismo para estudos desta natureza, para perceber realidade diferentes, contudo com algumas características semelhantes ao território objecto deste estudo (Monte Gordo). Assim, Hughes e Smart (1994) citados por Dani *et al.*, (2006) define as boas práticas como sendo "uma actividade ou acção que é realizada com um certo padrão, melhor ou igual ao nível atingido por outras organizações em circunstâncias que são suficientemente semelhantes para fazer uma comparação possível". Por sua vez James *et al.*, (2004) defende que as boas práticas organizacionais quando comparado a outras práticas que são usadas para tratar de um processo semelhante, produz resultados superiores.

Contudo, Zairi e Whymark (2000) citados por Dani *et al.*, (2006) defendem que na utilização da transferência das melhores práticas precisa-se perceber o real benefício dos novos conhecimentos e como tal, não são utilizadas apenas para colmatar algumas lacunas no desempenho da organização, mas também devem ser utilizados para construir capacidade e enriquecer a base de conhecimento, o que permitirá sustentar a vantagem competitiva a longo prazo. Já Bartlett e Ghoshal (1994) citados por Dani *et al.*, (2006) vão mais longe, chamando a atenção que é importante sim identificar as melhores práticas em uma determinada organização, mas, ao mesmo tempo, é vital ter conhecimento do ambiente em que a prática é aplicada. Assim para a elaboração deste trabalho recorreu a um conjunto de boas praticas desenvolvidas a nível mundial, nomeadamente o de Turismo Rural: Rede Europeia de Turismo de Aldeia, Turismo Comunitário: Micro Bacia do Rio Sagrado (Brasil), o Lisu Lodge (Tailandia), o Chambok Eco-tourism Site (Cambodja), a Manyallaluk, Katherine (Australia), Kumul Lodge (Papua New Guinea), Posada Amazonas (Peru), Alojamentos Panda: Redes de Hospedagem Rural nos Parques Naturais (França), e One Life (Japão).

Dessas boas práticas recolheu-se um conjunto de subsídios, fruto das medidas e políticas de desenvolvimento do turismo comunitário adoptadas nestas regiões do mundo, com resultados positivos, tendo destacado em termos de medidas e políticas:

- A cooperação institucional;
- O fortalecimento das lideranças;
- O empreendedorismo;
- O trabalho em Redes;
- O envolvimento da comunidade;

- A parceria pública/ privado;
- A Parceria privada e a comunidade local;
- A Capacitação e valorização dos recursos locais;
- A divulgação do destino e a educação ambiental.

Numa metodologia desta natureza onde se utiliza o método das boas práticas, recomenda-se um profundo conhecimento do Território onde as políticas vão ser implementadas, assim fez-se uma análise profunda tanto ao nível documental e de indicadores que permitiu caracterizar a ilha de São Nicolau, tanto do ponto de vista geral, como de alguns indicadores (oferta e procura turística) e os atractivos turísticos, e por fim uma caracterização, do objecto deste estudo, isto é, o Parque Natural do Monte Gordo, declarado Parque Natural em 2003, considerada uma das 7 Maravilhas Naturais de Cabo Verde, sob o ponto de vista da sua formação, clima, geomorfologia, solos, vegetação e Flora, fauna, infra-estruturas, gestão e indicadores turísticos do Parque.

E por fim, tendo em conta os pressupostos apresentados anteriormente, propôs-se um modelo para desenvolver um conjunto de Propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo.

### **6.3. Conclusão**

Tendo em conta a fundamentação teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, desenvolveu-se um modelo que tem como propósito desenvolver conjunto de Propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo.

Identificou-se um conjunto de boas práticas desenvolvidas a nível mundial, com resultados positivos. Das análises feitas destas boas práticas, identificou-se um conjunto de linhas orientadoras para a realização de uma proposta de desenvolvimento comunitário para as comunidades circundantes do Parque natural do Monte Gordo.

## **Capítulo 7 - Propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo**

### **7.1. Introdução**

Actualmente, o planeamento dos destinos turísticos requer que este processo seja encarado de acordo com os princípios da sustentabilidade, com esforço de coordenação e sensibilização de todos os actores que estão envolvidos, buscando um alinhamento de todos os intervenientes, para que o resultado seja conjunto, capaz de proporcionar ao destino, produtos ou serviços cada vez mais sustentáveis.

Assim, o desafio da construção de um conjunto de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural do Monte Gordo requer que se tenha em consideração as **características locais**, que o torna num atractivo turístico, o **envolvimento profundo da população** residente na construção desse processo de desenvolvimento, a **construção de uma relação** entre população local, a cultura e a natureza por forma a buscar a sustentabilidade sócio ambiental, a **efectiva cooperação** entre os membros da comunidade, baseada na distribuição equitativa das oportunidades e dos benefícios gerados pela actividade turística, a **consciência de respeito e formas de gestão sustentáveis** dos recursos naturais, da biodiversidade e da valorização cultural.

Neste sentido, este capítulo tem como objectivo apresentar um conjunto de dimensões, estratégias e acções, isto é um conjunto de linhas de orientação, que possam potenciar o Parque Natural do Monte Gordo, enquanto destino para as pessoas que procuram o turismo comunitário.

### **7.2. Linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo**

Estas propostas de linhas de orientação teve por base a Revisão Teórica sobre o turismo comunitário, a análise de nove (9) boas práticas do turismo comunitário desenvolvidas na Europa, Brasil, Tailândia, Camboja, Austrália, Papua New Guinea, Peru, França e Japão, que melhor se adequam ao perfil da comunidade do Parque Natural do Monte Gordo e que de forma coerente permitiu alicerçar estas propostas de linhas orientação.

Assim, numa lógica coerente e tendo em conta os princípios orientadores do Turismo Comunitário, nomeadamente a Participação, a Auto-sustentação, a Cooperação Sustentabilidade Ambiental e a Valorização cultural e a afirmação da identidade cultural local desenvolveu este exercício de criação de um modelo inovador e transversal, dando resposta aos desafios que o Parque Natural do Monte Gordo atravessa, perante a conjuntura crescente do sector do turismo em Cabo Verde, sobretudo ao nível da procura Turística.

Neste sentido, na construção destas propostas teve a necessidade de estruturá-la em diferentes domínios, mais concretamente em oito (8), que mais não são do que as grandes linhas que nortearão o turismo comunitário no Parque Natural do Monte Gordo, bem como um conjunto de estratégias e acções a serem materializadas.

Posto isto, apresentar-se-á de seguida as dimensões definidas, bem como os objectivos traçados para cada um. Assim, este processo será ancorado nas seguintes dimensões:

- **(1) Envolvimento da Comunidade** – nesta dimensão objectiva-se a sensibilização das comunidades, escolas, associações comunitárias, entre outros agentes comunitários para o envolvimento nas actividades do Parque e a sua importância no processo de desenvolvimento da comunidade;
- **(2) Gestão** – o objectivo desta dimensão é apresentar um conjunto de estratégias e acções para a gestão do PNMG, em termos organizacional, ambiental, Marketing, da capacidade de carga e controle e monitorização. Isto é, esta dimensão tem como objectivo principal desenvolvimento de uma gestão sustentável do PNMG;
- **(3) Infra-estrutura** – Neste item, as linhas de orientação vai no sentido da criação e disponibilização de infra estruturas existentes no PNMG, na melhoria dos equipamentos, sinalização, do espaço, da acessibilidade e funcionalidade da estrutura física do PNMG e da comunidade ao redor;
- **(4) Segurança** – as medidas a serem propostas nesta dimensão tem como objectivo de aumentar o nível de segurança dos visitantes e também das comunidades envolvidas nas actividades desenvolvidas no Parque, bem como a segurança ambiental;
- **(5) Negócio** – Este item diz respeito a propostas de desenvolvimento de negócio, que permite a valorização e promoção dos produtos locais, a comercialização, o atendimento personalizado, entre outros itens, bem como em relação ao marketing para a região;

- **(6) Formação e Qualificação** – nesta dimensão o foco é nas acções de qualificação de recursos humanos do PNMG, e das comunidades através de formações em varias áreas, de forma que a comunidade possa dar respostas a procura local e ter um estrutura organizacional qualificada;
- **(7) Parcerias (Network)** – O estabelecimento de parcerias com varias entidades nacionais e internacionais, tanto do sector público, privado e as entidades da classe e representação empresarial é o objectivo principal desde domínio, de forma a usufruir das vantagens que os parceiros possam proporcionar;
- **(8) Segmento Específico** – Este item refere-se aos serviços específicos, oferecidos pelo PNMG, os aspectos que atraem as comunidades e os turistas em particular, isto é, medidas para potenciar a oferta turística, objectivando a diferenciação dos produtos do PNMG.

Posto isto, a Tabela 7 (abaixo) apresenta as propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade do Parque Natural Monte Gordo, distribuído pelos seus respectivos domínios.

**Tabela 7:** Linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
Envolvimento comunitário	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Envolver a comunidade na realização das actividades desenvolvidas no PNMG,</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Priorizar as comunidades em relação a outros públicos, ou seja devem ser as primeiras a serem beneficiadas em qualquer situação. As actividades realizadas no Parque devem gerar lucros para as comunidades;</li> <li>➤ Criar formas de interacção entre as comunidades e os visitantes do PNMG, fazendo com que os turistas participam no dia-a-dia das comunidades, e com isso gerar rendimentos para as mesmas, nomeadamente ao nível do alojamento dos turistas nas casas das pessoas da comunidade do PNMG, preparadas para receber turistas;</li> <li>➤ Incentivar a comunidade a prática de inclusão social por meio do desporto, nas zonas do PNMG, e nas Escolas da comunidade.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Apoiar entidades locais no desenvolvimento de projectos</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incentivar e apoiar as entidades locais para criação de micro e pequenas empresas, nas áreas de: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Transformação de frutas;</li> <li>➤ Reciclagem;</li> <li>➤ Transformação de babosa em produtos cosméticos (sabonete, Champô, etc.),</li> <li>➤ Valorização das actividades e festividades locais desenvolvidas pela comunidade, (feiras, artes e ofícios, gastronomia etc.);</li> <li>➤ Alojamento dos turistas nas suas casas;</li> <li>➤ Restauração.</li> </ul> </li> </ul>

# Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
<b>Gestão do PNMG</b>	➤ <b>Gestão estratégica e operacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolver uma gestão conjunta dos recursos ambientais e ecológicos do parque, através de acções conjuntas e estratégias de exploração e valorização dos recursos naturais e ambientais e do seu uso público;</li> <li>➤ Elaborar uma estratégia de fiscalização eficiente e exequível, de modo a resguardar o património ecológico e paisagístico da área protegida, e as espécies endémicas;</li> <li>➤ Actualização do plano de gestão do PNMG, melhorando assim os processos de gestão do mesmo;</li> <li>➤ Proteger, preservar e integrar os recursos do parque, promovendo assim os espaços protegidos e a conservação da biodiversidade, através da valorização dos recursos ambientais comuns;</li> <li>➤ Equipar e por em funcionamento o Parque de Campismo, de modo a dar respostas a procura de alojamento fora das cidades;</li> <li>➤ Criação de um Gabinete para a Educação Ambiental junto das comunidades;</li> <li>➤ Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos naturais.</li> </ul>
	➤ <b>Promoção e fomentação de um desenvolvimento sustentável do PNMG,</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Definição da capacidade de carga, e de utilização, em função da vulnerabilidade do ecossistema;</li> <li>➤ Promover o desenvolvimento sustentável da região, através da divulgação dos seus produtos, garantindo assim o bem-estar das comunidades;</li> <li>➤ Organização de eventos com enfoque na educação ambiental envolvendo a comunidade local;</li> <li>➤ Fomentar o desenvolvimento socioeconómico da região através do impulso e valorização de produtos turísticos comuns, que assentam nos recursos ambientais das zonas de actuação, fomentando assim o destino turístico de qualidade.</li> <li>➤ Defesa e requalificação da paisagem, incluindo medidas de recuperação de espaços degradados e controle de espécies invasoras.</li> </ul>

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
<b>Infra-estruturas</b>	➤ <b>Providencia das infra-estruturas básicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Melhorar a via de acesso ao PNMG, com abertura da estrada e criação de nichos na estrada;</li> <li>➤ Ampliação do Parque de Campismo;</li> <li>➤ Aumentar os postos de recolha de resíduos sólidos dentro do perímetro do Parque;</li> <li>➤ Reabilitação das placas informativas, tanto do Parque, como das trilhas;</li> <li>➤ Manutenção constante das trilhas, de modo que qualquer visitante possa utiliza-as de forma segura e sem qualquer dificuldade;</li> <li>➤ Recuperação de estruturas degradadas e melhoria dos equipamentos instalados, visando conseguir a sustentabilidade ambiental das actividades humanas nesta área.</li> </ul>
	➤ <b>Criação/ampliação de infra-estruturas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de um parque infantil dentro do Parque, utilizando apenas matérias-primas existentes, como por exemplo: madeiras das árvores e etc.;</li> <li>➤ Construção de corrimãos de madeiras e cordas nos trilhos que apresentam algum risco aos visitantes;</li> <li>➤ Utilização de infra-estrutura simples, proporcionando novas experiências para os visitantes, principalmente os com necessidades especiais;</li> <li>➤ Construção de um Miradouro, no Pico do Monte Gordo, (ponto mais alto da ilha), com colocação de um binóculo de longa</li> </ul>

# Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

		<p>distancia (Luneta de Miradouros), que poderá gerar rendimentos para o PNMG;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Criação de uma frota de Burros, para o transporte de pessoas com necessidades especiais e não só, que visitam o PNMG;</li> <li>➤ Construção de bancos, de madeira para as pessoas descansarem enquanto caminham nas trilhas;</li> <li>➤ Criação de um Restaurante dentro do Parque, com pratos tradicionais da ilha, e bebidas produzidas pelas comunidades, ou seja um restaurante típico.</li> </ul>
--	--	--

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Investir nos primeiros socorros</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Dar formação de primeiros socorros aos funcionários do PNMG;</li> <li>➤ Disponibilização de serviço de um agente de saúde de plantão, principalmente quando há visitas em grupos;</li> <li>➤ Aquisição de uma Ambulância;</li> <li>➤ Possuir um quite de primeiros socorros no Gabinete de Turismo.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Desenvolvimento de acções de vigilância e fiscalização</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Ter sempre disponíveis para oferecer aos visitantes rádios de comunicação;</li> <li>➤ Sinalização turística e de segurança, informando ao turista sobre os limites para caminhadas ao redor e dentro do Parque;</li> <li>➤ Sinalizar todas as zonas de riscos dentro do Parque, para uma maior segurança os visitantes, e prevenir situações de risco, acidentes e catástrofes;</li> <li>➤ Plantar plantas nas zonas de erosão constante, com o objectivo de evitar os deslizamentos de terra;</li> <li>➤ Todo passeio oferecido pelo PNMG, deve seguir um padrão específico e de conhecimento dos funcionários, de forma a aumentar a boa experiência e diminuir imprevistos e acidentes;</li> <li>➤ Desenvolver parcerias com todos os intervenientes em geral, (Policias, Bombeiros, Câmaras Municipais) no sentido de garantir a segurança tanto dos visitantes como da população local;</li> <li>➤ Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza.</li> </ul>

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
Negócio	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Promoção e Valorização dos recursos locais</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Promoção, preservação e valorização da comunidade e seu património, através de um conjunto de informação útil para residentes e visitantes;</li> <li>➤ Promoção e divulgação do Parque de Campismo, a fim de gerar rendimentos para o Parque;</li> <li>➤ Promover as regiões do PNMG, de forma integrada e apresentar a oferta existente no que se refere ao alojamento e actividades de animação, e os produtos locais;</li> <li>➤ Dinamizar os programas turísticos existentes dentro do Parque, através da sua organização e venda a operadores turísticos especialistas em ecoturismo;</li> <li>➤ Definir estratégias de promoção e adequar a oferta à procura existente;</li> <li>➤ Desenvolver e promover, os produtos genuínos produzidos tanto no Parque, como nas Comunidades.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Criação de dias/festividades temáticas</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolver um calendário Mensal das actividades desenvolvidas dentro do Parque e nas comunidades;</li> <li>➤ Organização de Maratonas, concursos de fotografias, concursos de desenhos de mão livre, entre outros;</li> <li>➤ Promover e divulgar ainda mais a Feira “Gostos e Sabores do Parque”;</li> <li>➤ Participação do PNMG, nas actividades da festa da Nossa Sra. Monte Cintinha, de modo, a criar mais um produto para os que</li> </ul>

## Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

		visitam o Parque na altura dessa festa.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Marketing para divulgação do PNMG</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Construção e actualização constante do Site com tabelas de preços, das actividades e serviços prestados, tais como vendas de plantas, árvores, lenhas, senhas de entrada no Parque, tarifário fixo para das diárias do Parque de Campismo, e de entre outros;</li> <li>➤ Utilização de todos os recursos online para fazer a divulgação (facebook, Twitter, Badoo, entre outros);</li> <li>➤ Actualização constante do site e do facebook do Parque, criação de panfletos e <i>flyers</i>, para a divulgação do parque e as actividades realizadas;</li> <li>➤ Dinamizar os programas turísticos existentes dentro do Parque, através da sua organização e venda a operadores turísticos especialistas em ecoturismo;</li> <li>➤ Aproveitar, das comunidades do PNMG que vivem na diáspora para fazer a divulgação do PNMG, através de parcerias junto das associações de emigrantes;</li> <li>➤ Fazer divulgação do PNMG, e das suas actividades junto das Rádios Comunitárias da Ilha;</li> <li>➤ Ter conteúdos informativos e promocionais do Parque, em formatos que permitam o seu carregamento em telemóveis, PDA's e smartphones, de modo que qualquer informação seja acessada de onde a pessoa estiver;</li> <li>➤ Criação de uma marca específica, para os produtos produzidos dentro das comunidades.</li> </ul>

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
Formação e Qualificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Formação técnico profissional, e qualificação dos funcionários e a comunidade PNMG</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Procurar construir sinergias junto das escolas de formações profissionais, institutos universitários, tanto nacionais como internacionais, de modo que os funcionários e as comunidades do PNMG possam vir a beneficiar de cursos e formações profissionais, nas áreas como: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Línguas estrangeira, principalmente, Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Alemã;</li> <li>➤ Transformação de frutas;</li> <li>➤ Pastelaria;</li> <li>➤ Transformação de resíduos sólidos;</li> <li>➤ Associativismo e Cooperativismo;</li> <li>➤ Preservação do Meio Ambiente;</li> <li>➤ Ecoturismo;</li> <li>➤ Guias interpretes;</li> <li>➤ Turismo;</li> <li>➤ Higiene e segurança alimentar;</li> <li>➤ Agricultura e criação de gado;</li> <li>➤ Técnicas de atendimento;</li> <li>➤ Empreendedorismo;</li> <li>➤ Seguimento Ecológico;</li> </ul> </li> <li>➤ Criar programa de formação profissional para os funcionários e as comunidades do Parque, de forma a personalizar os serviços de acordo com a origem e o perfil do cliente.</li> </ul>

# Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
<b>Parcerias - Network</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Sensibilização da comunidade local e os visitantes</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sensibilizar e informar o turista, orientando-o sobre a importância de uma conduta adequada á conservação das áreas visitadas;</li> <li>➤ Incentivar a participação das comunidades locais nas operações eco turísticas;</li> <li>➤ Fazer palestras constantes junto das comunidades, sensibilizando-os sobre a importância de proteger o ecossistema existente no Parque;</li> <li>➤ Dar palestras nas escolas, para alunos e professores, com o intuito de faze-los a conhecer a importância de preservar o PNMG;</li> <li>➤ Palestras sobre a importância de preservar a cultura local;</li> <li>➤ Sensibilizar as comunidades locais, através de Internet, Rádio e Televisão, para o compromisso de e para com o meio ambiente, de modo a preservar o mesmo através de desenvolvimento de programas de campanhas de limpezas, recolha e reciclagem de resíduos sólidos, educação ambiental, pintura nas casas e escolas das comunidades locais.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Desenvolver parcerias</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Desenvolver parcerias com as duas Câmaras Municipais da Ilha, Governo, ADEI, INIDA, entre outras, para ajudar e financiar na implementação de projectos desenvolvidas nas comunidades;</li> <li>➤ Desenvolver trabalhos de parceria para promoção turística da região e seus produtos, junto de entidades das áreas de Turismo e áreas protegidas;</li> <li>➤ Criar parcerias com as Rádios comunitárias de São Nicolau, para a divulgação do Parque e as suas actividades;</li> <li>➤ Optimizar a parceria com destinos próximos para complementar o produto turístico (Ex. as ilhas de Santo Antão, Sal e São Vicente);</li> <li>➤ Desenvolver Parcerias com Universidades, para realização de pesquisas de campo, da demanda, de opinião e também para capacitar funcionários que actuam no turismo, através de formações.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ <b>Criação de redes de apoio colaborativas</b></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Incentivar o associativismo local nas comunidades;</li> <li>➤ Apoio financeiro e logístico para os empresários em participação de eventos/feiras, realizadas pela Câmara Municipal, de forma a divulgar o destino turístico e as suas gentes;</li> <li>➤ Apoiar as microempresas de modo a atingirem padrões de desempenho mais competitivos;</li> <li>➤ Promover a cooperação internacional para a protecção, conservação e divulgação do Parque, através do desenvolvimento de redes de cooperação;</li> <li>➤ Um Protocolo e experiências piloto para o controlo de Espécies Exóticas Invasoras, junto de uma entidade qualificada em controlo da biodiversidade da FAUNA e FLORA;</li> <li>➤ Participação em Feiras e eventos promocionais a nível nacional e internacional;</li> <li>➤ Realizar reuniões com os proprietários das terras do Parque, dando resposta às solicitações de proprietários de novos alojamentos que pretendem construir, dentro do perímetro do Parque;</li> <li>➤ Dar apoio às acções de promoção desenvolvidas pelas comunidades, através da edição de material promocional específico, divulgação dos seus produtos nas páginas da Internet do Parque;</li> <li>➤ Realizar reuniões com os proprietários das terras do Parque, dando resposta às solicitações de proprietários de novos alojamentos, que pretendem construir dentro do perímetro do Parque.</li> </ul>

# Propostas de Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Comunidade do Parque Natural Monte Gordo

Dimensão	Linhas de Orientação Estratégicas	Acções
Segmento específico	➤ Melhorias nas prestações de serviços	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Possuir um atendimento personalizado e de qualidade, em que todos os visitantes serão recebidos carinhosamente tanto pelos colaboradores como pelas comunidades, de forma a fazer com que os clientes sintam-se em casa, e bem recebidos, que poderá resolver a questão da fidelização dos clientes;</li><li>➤ Melhoria na acessibilidade para crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais, no que diz respeito ao acesso aos produtos e actividades oferecidos pelo Parque, e pela comunidade;</li><li>➤ Aplicar questionários de satisfação dos clientes, de modo a avaliar o grau de satisfação e consequentemente melhorar na prestação dos serviços;</li><li>➤ Oferecer sempre Guias de turismo para acompanhar os visitantes;</li><li>➤ Alternar os trilhos para as pessoas que já tiveram acesso a outros trilhos;</li><li>➤ Oferecer folhetos e brochuras, com todas as informações do Parque, e a comunidade;</li><li>➤ Criar atractividade para garantir a permanência do cliente no destino;</li><li>➤ Mobilizar os moradores da comunidade a abrir pequenos negócios em sua casa, os artistas a abrir seus ateliês, e quem já tiver um negócio a qualificá-lo;</li><li>➤ Melhorar os acessos aos trilhos, para que qualquer público possa caminhar sem quaisquer dificuldades nos trilhos;</li><li>➤ Implementação de algumas actividades que podem ser desenvolvidas durante a noite, como por ex. observação de Aves nocturnos, observação da lua do ponto mais alto do Parque.</li></ul>

## Capítulo 8 - Conclusão

A realização deste trabalho monográfico teve como objectivo elaborar um conjunto de propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade do Parque Natural Monte Gordo, possibilitando assim a identificação de diversas dimensões, estratégias e acções. As conclusões do referido estudo, tiveram por base o desenvolvimento de um modelo para definição de propostas de linhas orientadoras, que teve por base a análise conceitual ligada ao Turismo comunitário e um conjunto de boas práticas a nível mundial, sobre esta modalidade de turismo.

Assim, nesta primeira fase deste capítulo apresentar-se-ão as principais conclusões levantadas da revisão bibliográfica, posteriormente as decorrente da construção das propostas e por fim apresentar-se-ão as contribuições para futuras investigações.

Na última parte deste capítulo serão abordadas as principais dificuldades e limitações do estudo.

Neste sentido, efectuou-se uma análise de diferentes perspectivas de vários autores sobre o turismo e o desenvolvimento comunitário, a sua importância para o desenvolvimento comunitário e os seus impactos sobre as comunidades.

Esta análise permitiu concluir que o Turismo Comunitário mostra-se como uma excelente alternativa para as comunidades do meio rural do interior, o qual vai além do benefício económico que as populações locais podem ter com o aumento no fluxo de visitantes. Ademais, provoca a valorização da identidade cultural das populações, lutando pela manutenção de seus modos de vida, pelo direito à terra, estimula a criação de redes solidárias, através da criação de novos vínculos sociais, económicos, histórico e culturais.

Requerer também a participação de toda a comunidade, no processo de Planeamento participativo, ou seja, os atores sociais na sua maioria se envolvem com as actividades desenvolvidas no local, de forma directa ou indirecta, tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do património natural e cultural.

Da análise do conjunto das Boas Práticas pode-se concluir que vários são os países do mundo que tem sustentado o seu processo de desenvolvimento no turismo comunitário, e que

sobretudo, tem ancorado este processo no desenvolvimento em alguns pilares, nomeadamente a cooperação institucional, o fortalecimento das lideranças e do empreendedores, nas parcerias público privados, no desenvolvimento de redes e na promoção e divulgação do destino, bem como na educação ambiental.

Também analisou a ilha de São Nicolau e o Parque natural do Monte Gordo enquanto destino turístico, no que diz respeito as suas potencialidades e atracções, isto é a oferta e a procura turística e pôde-se concluir que a ilha apresenta várias potencialidades e atracções turísticas, que vêm captando a atenção de muitos visitantes, contudo, ainda apresenta alguns constrangimentos tanto ao nível dos transportes, como ao nível das infraestruturas turísticas e de mão-de-obra, o que torna a ilha menos procurada em relação a algumas outras ilhas, que são os principais pontos turísticos de Cabo Verde.

Toda esta revisão teórica e as suas respectivas conclusões permitiram identificar uma nova de perspectiva inovadora de Planeamento Turístico em Cabo Verde, do tipo *Bottom Up*, tendo as populações locais como actor central deste processo e o único agente capaz de provocar a sua própria mudança. Logo todas as estratégias devem ter por base acções de responsabilização da população e a exaltação do sentimento de pertença a comunidade.

Assim, a realização deste trabalho permite concluir ainda que o desenvolvimento do turismo no Parque Natural do Monte Gordo requer que, tanto o poder Local como Central assume o seu papel activo no desenvolvimento de infraestruturas necessárias a promoção das acessibilidades ao Parque, de acções de regulamentação, vigilância e fiscalização, no financiamento a programas de marketing e promoção do parque, bem como no apoio a entidade gestora no desenvolvimento dos vários projectos.

È fundamental desenvolver sinergias e trabalho em rede entre os diferentes agentes envolvidos no processo de desenvolvimento e gestão do Parque, desenvolvendo entre si o conceito de cooperação institucional.

Também esta reflexão desenvolvida ao longo deste trabalho permite concluir que é de extrema importância o investimento na capacitação e formação técnico profissional das comunidades, nomeadamente em línguas estrangeiras, transformação dos produtos agrícolas, associativismo e Cooperativismo, preservação do meio ambiente, técnicas de atendimento, empreendedorismo, ecoturismo, entre outros, sem descurar da constante actualização e qualificação dos funcionários do Parque.

Por outro lado, os resultados permitem concluir que é fundamental o envolvimento da comunidade na realização das actividades desenvolvidas no Parque, nomeadamente na prestação do serviço ao visitante, na promoção e valorização dos recursos locais, no desenvolvimento das festividades temáticas, bem como na Feira gastronómica local, de forma a promoverem o desenvolvimento sustentável do Parque.

Desta forma, pode-se pensar no turismo comunitário como uma nova alternativa de melhoria na qualidade de vida das comunidades pertencentes ao parque natural do Monte Gordo, através da busca de novos conhecimentos, da assunção da actividade turística como um complemento e fonte de rendimento das famílias e moradores do Parque.

### **Contribuições para futuras investigações**

Este estudo pretendeu dar um contributo para as novas formas emergentes de turismo, nomeadamente o turismo comunitário e o ecoturismo e o conseqüente desenvolvimento turístico do Parque e da ilha de São Nicolau no seu todo. Neste sentido, este estudo contribui fortemente para a delimitação do foco do Turismo comunitário, através dos Conceitos e definições, objectivos, Princípios e directrizes e ainda da importância do turismo para o desenvolvimento local de uma comunidade.

Quanto às contribuições deste trabalho em termos de Planeamento dos destinos turísticos, através da adopção da metodologia das Boas práticas, introduziu-se uma nova forma, mais inovadora de pensar o turismo em Cabo Verde.

Logo este estudo permitiu desenvolver uma metodologia que servirá de suporte para estudos sobre o turismo comunitário e ainda um modelo para criação das propostas de linhas orientadoras para o desenvolvimento do turismo comunitário no Parque Natural Monte Gordo, capaz de ser reaplicado nos outros parques naturais do país.

Apesar da escassez de literatura e investigação relativa ao turismo comunitário em Cabo Verde, espera-se que este trabalho monográfico contribua para a definição de estratégias e programas que fomentem o desenvolvimento desta modalidade de turismo em outras regiões e parques naturais de Cabo Verde.

### **Principais dificuldades e limitações do estudo**

Durante a elaboração deste estudo deparou-se com algumas dificuldades e limitações que não inviabilizaram a conclusão do mesmo.

A primeira dificuldade prende-se com a escassez da literatura relacionada com o Turismo comunitário, bem como com casos considerados de sucessos em Cabo Verde, que permitisse conhecer e fazer a adaptação à realidade do Parque natural do Monte Gordo, o que implicou a necessidade de se adaptar Boas Práticas de outras realidades, isto é, de vários países do Mundo, a realidade do Monte Gordo.

Outra limitação prende-se com o facto de ter poucos dados sobre a actividade turística realizada no Parque Natural do Monte Gordo, o que dificultou o conhecimento profundo do turismo praticado no referido Parque.

### **Propostas de Investigação**

O estudo deste tema, por ser uma área bastante abrangente e sensível, permite levantar um conjunto de questões que precisam ser estudadas e que podem constituir objecto de futuras investigações, no que diz respeito ao desenvolvimento das áreas naturais em Cabo Verde.

Assim, apresentam-se de seguida algumas ideias ou sugestões, que futuramente poderão ser objecto de estudos, nomeadamente:

- A elaboração de um estudo semelhante aos outros parques naturais de Cabo Verde;
- A análise do perfil do visitante que procura o Parque natural do Monte Gordo;
- A inventariação exaustiva dos recursos e atractivos do Parque natural do Monte Gordo;
- Desenvolver uma proposta de desenvolvimento de uma base de dados para quantificação do Turismo no Parque Natural do Monte Gordo;
- A análise da satisfação dos visitantes que visitam o Parque Natural do Monte Gordo;
- Estudar o comportamento dos turistas que visitam Monte Gordo, de forma a desenvolver melhores estratégias para a sua fidelização.

## Referências bibliográficas

Alves, Jorge Amado (2008). O turismo como factor de contribuição para o desenvolvimento local: uma análise do planeamento municipal de Piraquara. Dissertação apresentada na Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Andereck, Kathleen; Valentine Karin; Knopf Richard e Vogt Christine (2005). Residents' Perceptions of Community Tourism Impacts. *Annals of Tourism Research*, 32, 1056-1076.

Araújo, Suelene (2010). Desenvolvimento Endógeno e turismo Comunitário: A Comunidade Cachoeira – Nova Xavantina – MT como Cenário. Acedido em 9 de Março de 2015, em: <http://monografias.brasilecola.uol.com.br/turismo/desenvolvimento-endogeno-turismocomunitario-%20comunidade-cachoeira-nova.htm>.

Carvalho, Stella Maria Sousa (2010). A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia-PI. *Revista Turismo em Análise*, 21, 470-493.

Carvalho, Vininha (2007). O Turismo Comunitário como instrumento de desenvolvimento sustentável. Acedido em 19 de Janeiro de 2016, em: [http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O\\_turismo\\_comunitario\\_como\\_instrumento\\_de\\_desenvolvimento\\_sustentavel](http://www.revistaecotour.com.br/pagina/MTc1OQ==/O_turismo_comunitario_como_instrumento_de_desenvolvimento_sustentavel).

Cooper, Chris; Fletcher, John; Gilbert, David; Fyall, Alan e Wanhill, Stephen. (1993). *Tourism: Principles & Practice*. London: Pitman Publishing.

Coriolano, Luzia (2003). Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: Coriolano, Luzia (Eds.), *O Turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza: Editora Premius.

Coriolano, Luzia (2006). *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Editora Annablume.

Coriolano, Luzia (2006). Reflexões sobre o Turismo Comunitário. Acedido em 11 de Maio de 2015, em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>.

Coriolano, Luzia (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn Ivan (Eds.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasil: Editora Letra e Imagem.

Creswell, John (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks: Editora SAGE Publications.

Cruz, Rita (2009). Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: Bartholo Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn Ivan (Eds.),

Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasil: Editora Letra e Imagem.

Cunha, Licínio (1997). Economia e Política do Turismo. Alfragide: McGraw-Hill Editora.

Cunha, Licínio (2003). Introdução ao Turismo. Lisboa: Editorial Verbo.

Dani, Shilpa; Harding, Jenny; Case, Keith e Baxter, David (2006). A methodology for best practice knowledge management. Journal of Engineering Manufacture, 220, 1717-1728.

Delnet (2004). Glossário de conceito e termos: turismo e desenvolvimento local. Acedido em 11 de Junho de 2015, em <https://www.panrotas.com.br/guia/canais/informacoes-turisticas/glossario-de-turismo/glossario.asp>.

Delnet (2004). Turismo e desenvolvimento local sustentável: elemento para um debate. Acedido em 11 de Março de 2015, em <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/turismo%20desenvolvimento%20local%20sustent%20Elvel.pdf>.

Direcção Geral da Descentralização e Administração Local (S/D). Breve Caracterização Dos Municípios Cabo-verdianos. Praia: Editora: DGDAL.

Direcção Geral Do Turismo (2014). Inventário Dos Recursos Turísticos da Ilha De São Nicolau. São Vicente: Edições DGT.

Direcção Geral do Turismo e Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade. (2010/2013). Estratégico para o Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde. Praia: Edições DGT.

Fabrino Nathália (2013). Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação apresentada na Universidade de Brasília. Brasil.

Fonseca, João (2002). Metodologia de Pesquisa Científica. Universidade Estadual de Ceará, Brasil. Acedido em 03 de Janeiro de 2015, em <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>.

Freitag, Tilman (1994). Enclave Tourism Development. For Whom The Benefits Roll. Annals Off Tourism Research, 21, 538-554.

Fulgêncio, Elsa (2012). Projecto de Desenvolvimento Comunitário: Maceira – uma Aldeia Cultural: Dissertação apresentada no Instituto Politécnico de Viseu. Portugal.

Giudice, Dante e Souza, Rosemeri (2010). A Importância Da Actividade Turística No Desenvolvimento Local: O Caso Da Chapada Diamantina. TURyDES, 3, 22. 22.

Hallack, Nathália; Burgos, Andrés e Carneiro, Daniela (2011). Turismo de base comunitário: estado da arte e experiências brasileiras. *Ambientalmente Sustentável*, 11, 7-25.

Hiwasaki, Lisa (2006). Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. *Society and Natural Resources*, 19, 133-143.

Instituto Nacional de Estatística - INE (2014/2015). Estatísticas do turismo. Praia: Instituto Nacional de Estatística.

Irving, Marta (2009) Reinventando A Reflexão Sobre Turismo De Base Comunitária - Inovar É Possível? In: Bartholo Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn Ivan (Eds.), Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasil: Editora Letra e Imagem.

Irving, Marta e Azevedo, Julia (2002). Reflectindo sobre o turismo Como mecanismo de desenvolvimento local. *Revista de Desenvolvimento Económico*, 7, 69-74.

Johansson e Diamantis (2006). Ecolodges in Thailand and Kenya, In Page, Stephen e Connel, Joanne (eds.), *Tourism a modern System*. Thomson Editora.

Kenneth James (2004). Best practices Benchmarking for Energy Efficiency programmes. California Best Practices Project Advisory Committee Kenneth James Contract Manager Pacific Gas and Electric Company P.O. Box 770000, N6G San Francisco, CA 94177.

Lima, Robson (2011). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social. Dissertação apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Lopes, João e Aparicio, Paulo (1989). O forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de São Nicolau. Cascais: Editora Patrimonia.

Macedo, Raquel; Medeiros, Viviane; Azevedo, Francisco e Alves, Maria (2011). Ecoturismo de base Comunitária: uma realidade ou uma utopia. Passos. *Revista de Turismo e Património Cultural*, 2, 437-448.

Maldonado, Carlos (2005). Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario. Suíça: Editora OIT.

Maldonado, Carlos (2006). Turismo y comunidades indígenas: Impactos, pautas para auto evaluación y códigos de conducta: Serie Red de Turismo Sostenible Comunitário para América Latina (REDTURS). Suíça: Editora.

Maldonado, Carlos (2009). Turismo rural e comunitário na América Latina: génesis, características, e políticas. In: Bartholo Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn Ivan (Eds.), Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasil: Editora Letra e Imagem.

- Mendonça, Teresa e Irving, Marta (2004). Turismo de Base Comunitária: A participação como prática no desenvolvimento de projectos turístico no Brasil – Prainha do Canto Verde. Caderno Virtual de Turismo, 4, 12-22.
- Mielke, Eduardo Jorge (2009). Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária. São Paulo: Editora Átomo & Alínea.
- Milani, Carlos (2002). Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal (Cabo Verde) : lições metodológicas a partir de uma experiência local. França. Unesco.
- Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade & Direcção Geral do Turismo (2009). Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde 2010/ 2013. Praia: DGT.
- Ministério do Ambiente e Agricultura e Direcção Geral do Ambiente (s/d). Plano de Gestão do Parque Natural de Monte Gordo. Praia: Editora: MAA e DGA.
- Ministério do Turismo do Brasil (2008). Edital de Chamada Pública de Projectos Mtur/nº 001/2008 - Selecção de propostas de projectos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo Brasil.
- Ministério do Turismo do Brasil (2010). Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo Brasil.
- Mitraud, Sylvia (2003). Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramenta para um planeamento responsável. Brasil: Editora WWF Brasil.
- Organização Mundial do Turismo - OMT (1999). Conta satélite do turismo: quadro conceptual: OMT, Madrid.
- Organização Mundial do Turismo - OMT (2000). Desenvolvimento Sustentável Do Turismo: Uma Compilação de Boas Praticas. Brasil: Editora Roca Ltda.
- Organização Mundial do Turismo - OMT (2003). Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável. Porto Alegre: Editora Bookman.
- Parque Natural Monte Gordo (2016). Ficha dos visitantes do Parque Natural. São Nicolau: PNMG.
- Pinto Roque e Luciana Castro (2013.). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. Caderno Virtual de Turismo, 2, 213-226.

Prodanov, Clebre e Freitas, Ernani (2013). Metodologia de trabalho científico: Métodos e Pesquisas de Trabalho Académico. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Feevale.

Rede Tucum (2010). Turismo comunitário. Acedido em 23 Janeiro de 2016, em: <http://sispub.oktiva.com.br/oktiva.net/2313/secao/18703>.

Rede Turisol (2008). Turismo de Base Comunitária e os seus princípios. Acedido em 25 de Novembro de 2015, em: <http://www.turisol.org.br/turismo-comunitario/principios/>.

Roberto Bartholo (2009). Sobre o Sentido da Proximidade: Implicações para um turismo situado de base comunitária. In: Bartholo Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn Ivan (Eds.), Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasil: Editora Letra e Imagem.

Rodrigues, Apolónia e Rodrigues, Áurea (2009). Turismo e Inovação em Espaços Rurais: Estudo de Caso da Rede Europeia de Turismo de Aldeia. Turismo em Análise, 1, 35-47.

Sampaio Carlos e Zamignan Gabriela (2012). Estudos da demanda turística: experiência de Turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretos (PR). Revista da Cultura e Turismo. 1, 25-39.

Sampaio, Carlos Alberto (2007). Turismo como fenómeno humano: princípio para se pensar a socioeconómica e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: Editora Edunisc.

Sampaio, Carlos Alberto; Carvalho, Moreno Bona e Almeida, Fernando Henrique (2007). Turismo comunitário: projecto-piloto montanha beija-flor dourado (Micro bacia Rio Sagrado, Morretes, Paraná). Turismo - Visão e Acção, 2, 249-266.

Sampaio, Carlos e Henríquez, Christian e Mansur, Christiane (2011). Turismo comunitário solidário e sustentável: da crítica as ideias e das ideias a prática. Blumenau: Editora Edifurb.

Sampaio, Carlos, Coriolano Luzia (2009). Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 1, 4-24.

Sampaio, Carlos; Alves, Flávia Keller e Falk, Vanessa Cristina Venzke (2008). Arranjo Sócio produtivo de Base Comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. Revista - Turismo Visão e Acção. 2, 244-262.

Sampaio, Carlos; Oyarzún, Edgardo; Souza, Marcia; Cárcamo, Carolina e Mantovaneli Jr, Oklinger (2006). Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária: análise comparativa de experiências de turismo comunitário no Brasil e no Chile. In: IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul.

Sebrae (2008). Cadeia produtiva do turismo: cenários económicos e estudos sectoriais. Recife: Editora Sebrae.

Silva, Maria Manuela, (1964). Oportunidades do desenvolvimento comunitário em Portugal. *Análise Social*, 2, 498-510.

Silva, Thiago; Filho, Francisco e Lima, Patricia (2009). Turismo Rural: Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Assentamento Coqueirinho – Fortim/CE. In: 48º Congresso Sober - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande.

Viveiros, Albino Luís (2008): Uma Leitura dos possíveis espaços e processos de desenvolvimento cultural de âmbito local no território insular. Acedido em 7 de Abril de 2016, em: <http://quadersanimacio.net>.

World Fund For Nature Brasil (2002/2003). Turismo Comunitário. Acedido em 15 de Agosto de 2015, em: <http://www.wwf.org.br/>.

Yin, Robert (2001). Estudo de caso: planeamento e métodos. Porto Alegre: Editora: Bookmam.

Yin, Robert (2009). Case Study Research: Design and Methods. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Zamignan Gabriela (2010). Turismo de Base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais: a experiência da micro-bacia do Rio Sagrado, morretes (Pr). In: V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis.

Zamignan, Gabriela; Sampaio, Carlos e Mantovaneli Jr, Oklinger (2011). O Papel do Turismo no Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária da Micro-Bacia do Rio Sagrado. *Dynamis revista tecno-científica*, 14, 34-42.

Zechner, Telta; Henríquez, Christian e Sampaio, Carlos Alberto; (2008). “Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha”. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza.